



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE**  
**NÚCLEO DE GESTÃO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

MARCELLA DE ANDRADE E SILVA

**PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL NA CADEIA DE SUPRIMENTOS:**  
um estudo no Polo de confecções do agreste de Pernambuco

CARUARU

2022

MARCELLA DE ANDRADE E SILVA

**PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL NA CADEIA DE SUPRIMENTOS:**

um estudo no Polo de confecções do agreste de Pernambuco

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Administração  
de Empresas da Universidade Federal de  
Pernambuco, com o objetivo de requisito  
parcial de obtenção do título de bacharel  
em Administração.

**Área de concentração:** Gestão  
Sustentável

**Orientadora:** Karina da Silva Carvalho Mikosz

CARUARU

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Marcella de Andrade e.

Práticas de Sustentabilidade Social na Cadeia de Suprimentos: um estudo  
no Polo de confecções do agreste de Pernambuco / Marcella de Andrade e Silva. -  
Caruaru, 2022.

67p : il., tab.

Orientador(a): Karina da Silva Carvalho Mikosz  
(Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do  
Agreste, , 2022.

Inclui referências, apêndices.

1. Sustentabilidade social. 2. Cadeia de suprimentos. 3. Polo de confecções.  
4. Práticas sociais. I. Mikosz, Karina da Silva Carvalho. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

MARCELLA DE ANDRADE E SILVA

**PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL NA CADEIA DE SUPRIMENTOS:**

um estudo no Polo de confecções do agreste de Pernambuco

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Administração de  
Empresas do Campus Agreste da Universidade  
Federal de Pernambuco - UFPE, na modalidade  
monografia, como requisito parcial para a obtenção  
do grau de bacharel em Administração.

Aprovado em: 01/11/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Karina da Silva Carvalho Mikosz (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Anderson Thiago Peixoto (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gustavo Pianças Dias (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que é alicerce fundamental na minha vida, que me mantém firme no alcance dos meus objetivos. Em todo momento me dá coragem e orientação em todos os meus passos. É nele que tenho todas forças.

A minha mãe, Roseane Alice, minha inspiração e exemplo de mulher guerreira. Dedico e me esforço em tudo para demonstrar gratidão ao que ela já fez e faz diariamente por mim. Quando estou sem forças e desacreditada de mim, ela me dá apoio incondicional, meu exemplo de vida.

Ao meu namorado Eduardo, grande incentivador e apoiador dos meus sonhos, não mediu esforços para me ajudar durante o percurso. Sem o seu otimismo e companheirismo, isso não seria possível.

À minha professora orientadora Dra. Karina Carvalho Mikosz, a qual sou admiradora da pessoa e profissional, sou grata ao apoio e paciência durante a orientação, me deu oportunidade e assistência, além dos conhecimentos partilhados. Ao Prof. Minelle Enéas da Silva da *Excelia Business School*, La Rochelle, França, que deu orientações valiosas e material para pesquisas e faz parte do projeto ao qual esse trabalho está vinculado.

Aos colegas de turma, pela rotina vivida e a troca de experiências que me permitiram crescer como pessoa e profissional. Em especial à Eric, João Pedro e Enrico por serem parceiros e compartilharem comigo tantos momentos de companheirismo e aprendizado.

A todos os sujeitos entrevistados, envolvidos no APL têxtil do Polo, fornecedores, empresários, faccionistas, costureiras, e as lavanderias. Obrigada pela disponibilidade para as entrevistas, através dessa troca, percebi ainda mais a importância de cada um para o setor.

E, por fim, aos professores do Curso de Administração que contribuíram com todos os ensinamentos para a conclusão do curso. Além de todos os outros colaboradores da Universidade, que de forma direta e indireta, fazem acontecer mudanças e avanços na vida do estudante.

## RESUMO

Este trabalho objetiva identificar se há, e como são implementadas as práticas de sustentabilidade social na cadeia de suprimentos do APL têxtil das cidades que compõem o PCA: Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, marcadas por grande informalidade dos negócios. Trata-se de uma análise e discussão sobre a sustentabilidade social, no contexto da cadeia de suprimentos (CS) das empresas desse APL. Apresenta os seguintes eixos: objeto de estudo: “a CS do APL têxtil das cidades Polos”; problema de pesquisa: “Quais as práticas de sustentabilidade social que são adotadas por empresas que compõem a Cadeia de Suprimentos do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano?”; A metodologia pauta-se na abordagem qualitativa, com o instrumento de coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados a partir de 22 (vinte e duas) entrevistas feitas com membros de diversos segmentos que compõem as atividades do APL têxtil do Polo. Como principais resultados da pesquisa, verificou-se que há poucas situações onde ocorrem práticas de sustentabilidade social, já que os entrevistados não possuem conhecimento sobre, por exemplo, a gravidade do trabalho infantil, inserido como algo normal e cultural na região, visto até alguns casos com condições impostas aos trabalhadores consideradas análogas à escravidão. Por fim, viu-se como a informalidade ainda é comum nas pequenas e médias empresas, expondo a falta de importância dada às práticas sociais, as quais não são realizadas e entendidas como deveriam ser.

Palavras-chave: sustentabilidade social; cadeia de suprimentos; Polo de Confecções; práticas sociais.

## **ABSTRACT**

This work aims to identify if there are, and how, the practices of social sustainability are implemented in the supply chain of the textile APL of the cities that make up the PCA: Caruaru, Toritama and Santa Cruz do Capibaribe, marked by great informality of the businesses. It is an analysis and discussion about social sustainability, in the context of the supply chain (SC) of the companies in this APL. It presents the following axes: object of study: “the CS of the textile Cluster of the Hub cities”; research problem: “What social sustainability practices are adopted by companies that make up the Supply Chain of the Clothing Hub of Agreste Pernambucano?”; The methodology is based on a qualitative approach, with the data collection instrument through semi-structured interviews. Data were analyzed from 22 (twenty-two) interviews with members of different segments that make up the activities of the Polo's textile APL. As the main results of the research, it was verified that there are few situations where social sustainability practices occur, since the interviewees do not have knowledge about, for example, the seriousness of child labor, inserted as something normal and cultural in the region, seen even by some cases with conditions imposed on workers considered analogous to slavery. Finally, it was seen how informality is still common in small and medium-sized companies, exposing the lack of importance given to social practices, which are not carried out and understood as they should be.

Keywords: social sustainability; supply chain; Polo de Confecções; social practices.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|             |                                                                |    |
|-------------|----------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 –  | Estrutura produtiva da cadeia têxtil e de confecção brasileira | 28 |
| Figura 2 –  | Fluxograma da pesquisa                                         | 32 |
| Figura 3 –  | Polo de Caruaru                                                | 35 |
| Figura 4 –  | Feira da sulanca em Caruaru                                    | 36 |
| Figura 5 –  | Feira da sulanca em Toritama                                   | 37 |
| Figura 6 –  | Rejeitos das lavanderias de jeans em Toritama                  | 38 |
| Figura 7 –  | Feira da sulanca nas ruas de Santa Cruz do Capibaribe          | 39 |
| Figura 8 –  | Polo de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe                 | 40 |
| Figura 9 –  | Estrutura do Moda Center Santa Cruz                            | 40 |
| Gráfico 1 – | Escolaridade dos entrevistados                                 | 46 |
| Gráfico 2 – | Adoção de práticas sustentáveis                                | 50 |

## **LISTA DE QUADROS**

|                                               |    |
|-----------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Os pilares da sustentabilidade     | 21 |
| Quadro 2 – Complemento às condições da SA8000 | 26 |
| Quadro 3 – Participantes da pesquisa          | 41 |
| Quadro 4 – Respostas dos entrevistados        | 54 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|               |                                                             |
|---------------|-------------------------------------------------------------|
| APL           | Arranjo Produtivo Local                                     |
| ABIT          | Associação Brasileira de Indústria Têxtil                   |
| BDE           | Base de Dados do Estado                                     |
| CS            | Cadeia de Suprimentos                                       |
| CSS           | Cadeia de Suprimentos Sustentável                           |
| CONDEPE/FIDEM | Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco  |
| IBGE          | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística             |
| ONGs          | Organizações Não Governamentais                             |
| PCA           | Polo de Confecções do Agreste                               |
| PIB           | Produto Interno Bruto                                       |
| RSE           | Responsabilidade Social Empresarial                         |
| SEBRAE        | Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco |
| SENAI         | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial                 |
| SSCM          | <i>Sustainable Supply Chain Management</i>                  |
| TBL           | <i>Triple Bottom Line</i>                                   |

## SUMÁRIO

|              |                                                             |           |
|--------------|-------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                     | <b>12</b> |
| 1.1          | PROBLEMA DE PESQUISA .....                                  | 15        |
| 1.2          | OBJETIVOS .....                                             | 17        |
| 1.3          | JUSTIFICATIVA DE PESQUISA .....                             | 18        |
| <b>2</b>     | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>                          | <b>20</b> |
| 2.1          | SUSTENTABILIDADE E AS SUAS DIMENSÕES .....                  | 20        |
| 2.2          | RESPONSABILIDADE SOCIAL .....                               | 22        |
| 2.3          | RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CADEIA DE SUPRIMENTOS .....      | 23        |
| 2.4          | O SETOR TÊXTIL DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO ..... | 27        |
| <b>3</b>     | <b>METODOLOGIA .....</b>                                    | <b>32</b> |
| 3.1          | TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA .....                               | 33        |
| <b>3.1.1</b> | <b>Modelo e variáveis da pesquisa .....</b>                 | <b>33</b> |
| 3.2          | DESCRIÇÃO E LÓCUS DA PESQUISA .....                         | 34        |
| <b>3.2.1</b> | <b>Caruaru .....</b>                                        | <b>35</b> |
| <b>3.2.2</b> | <b>Toritama .....</b>                                       | <b>36</b> |
| <b>3.2.3</b> | <b>Santa Cruz do Capibaribe .....</b>                       | <b>39</b> |
| 3.3          | PARTICIPANTES DA PESQUISA .....                             | 41        |
| 3.4          | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....                        | 45        |
| 3.5          | PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....                      | 45        |
| <b>4</b>     | <b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>           | <b>46</b> |
| 4.1          | PERFIL DOS ENTREVISTADOS .....                              | 46        |
| 4.2          | PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE .....                          | 48        |
| 4.3          | POSICIONAMENTO QUANTO AOS FATORES SOCIAIS .....             | 51        |
| 4.4          | PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE SUPRIMENTOS ..... | 56        |

|          |                                                       |           |
|----------|-------------------------------------------------------|-----------|
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                     | <b>57</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                              | <b>59</b> |
|          | <b>APÊNDECE A – PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO .....</b> | <b>64</b> |
|          | <b>APÊNDECE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>       | <b>66</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade e as ações de desenvolvimento sustentável tornaram-se populares em todo o mundo desde 1987, quando foram utilizadas pela Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no relatório *Nosso Futuro Comum*, o Relatório *Brundt-land*. Desde então, muito se debateu sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e o tema começou a aparecer continuamente nas pesquisas, tornando-se central para objetos de estudos de acadêmicos e grandes corporações (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

As discussões atuais sobre sustentabilidade se concentram em projetar e entender como a sociedade pode impactar de diferentes formas o seu entorno, assim desenvolvimento sustentável, pode ser definido no intuito de “atender às necessidades da geração contemporânea sem comprometer as gerações futuras”, com isso se busca tornar esse conceito de desenvolvimento sustentável mais concreto (SILVA; FRITZ; NUNES, 2017).

Há muitas definições sobre o conceito da sustentabilidade, mas ainda que haja essa complexidade sobre o tema, é de conhecimento geral que é preciso considerar aspectos referentes ao crescimento econômico, assim como as questões ambientais e sociais, em suma, no que se relaciona ao bem-estar geral da população (GOMES JÚNIOR; GOMES, 2010). Com isso, resume-se que o desenvolvimento sustentável abrange esses três elementos interdependentes, como base para sua atuação: desenvolvimento econômico, social e ambiental, o *Triple Bottom Line* (TBL).

Sustentabilidade também pode ser entendida como resistência ou capacidade humana de adaptar-se às mudanças, assim o desenvolvimento sustentável é o meio consciente de mudança e melhoria que mantém e responde às necessidades da população (NASCIMENTO, 2017).

Segundo Almeida (2002), para alcançar o real e almejado desenvolvimento sustentável, as empresas devem buscar a ecoeficiência em todas as suas ações, decisões e serviços, indagando sobre as atitudes, e procurando produzir mais, com qualidade, buscando reduzir impactos negativos, utilizando menos recursos naturais, aderindo aos princípios da sustentabilidade

e sendo socialmente responsável, assumindo que estão imersas em um ambiente próspero e que leve em consideração as condições futuras, e não apenas os custos atuais.

Entende-se então, que os papéis das organizações não se restringem apenas aos benefícios no campo econômico, uma vez que possuem papel expressivo no meio ambiente e na sociedade; já que suas atividades de produção quando executadas sem responsabilidade, causam impactos diversos, afetando assim toda comunidade (ALVES, 2007).

Buscar inovar e adequar-se ao novo estilo de consumo da sociedade tem sido uma atividade necessária para que as empresas garantam sua permanência no mercado. Cada vez mais as pessoas se preocupam além do produto ou serviço a ser consumido. A seleção para a escolha das empresas, tende a exigir cada vez mais transparência e ética com o meio ambiente e a sociedade (NASCIMENTO, 2017). Porém, muitas das organizações atuais se deparam com grandes adversidades no momento de vincular as técnicas e condutas gerenciais e a exibição e funcionalidade a respeito do tema sustentabilidade (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

Para Barbieri; Vasconcelos; Andreassi e Vasconcelos (2010) os conceitos de sustentabilidade organizacional, geram resultados econômicos, sociais e ambientais que aprimoram novos modelos de organização, sendo um tema cada vez mais importante nos estudos futuros, por gerar ganhos para o meio ambiente e o ganho dos desafios para o alinhamento das empresas ao modelo de organização sustentável.

A responsabilidade nas CS hoje é vista como algo modificador na escolha; esse olhar interno vem da preocupação com os impactos que podem ser gerados com atitudes irregulares. Portanto, a inclusão de práticas sociais na cadeia de suprimento das empresas é algo essencial para sua manutenção no comércio (BRITO; BERARDI, 2010; SILVA; ASHBY; NASCIMENTO, 2022).

Kanji e Chopra (2010) ressaltam que é um grande desafio para as empresas conduzir de forma eficaz vínculos entre os componentes da responsabilidade social empresarial, pois há muitas questões de regulamentações governamentais, além de tarifas, padrões, questões éticas, restrições ambientais e assim por diante. Logo, as questões podem ser

economicamente altas para as empresas e assim, elas precisam usar essas políticas socialmente responsáveis.

A valorização de empresas que se mostram atenciosas com o seu impacto ambiental e adotam práticas para o desenvolvimento social, ajudam a contribuir para a construção de uma nova realidade que se apresenta ao mundo empresarial (SATO; SILVA; NOGAS; YAMASHIRO, 2010).

Para Barbieri *et al.* (2010) os conceitos de sustentabilidade organizacional, geram resultados econômicos, sociais e ambientais que aprimoram novos modelos de organização, sendo um tema cada vez mais importante nos estudos futuros, por gerar ganhos para o meio ambiente e o ganho dos desafios para o alinhamento das empresas ao modelo de organização sustentável.

Neste trabalho será utilizado como objeto de estudo o APL, composto pelas cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, já que recebem uma atenção nacional pela sua forte presença na economia local e na indústria têxtil. Entretanto, esse APL têxtil é marcado pelo crescimento desenfreado, que resultou em muita informalidade, causada pela facilidade de iniciar novos empreendimentos.

O mercado têxtil que é caracterizado pela informalidade excessivamente forte, improvisada e popular denominado como feira, demarcado por um espaço que agrupa atividades variadas de comércio, produção e consumo, ocupando um grande espaço da nossa realidade atual (NASCIMENTO; SILVA, 2020). Como sugerido por Nascimento e Silva (2020), estes são negócios flexíveis de serviços: terceirização, subcontratação, trabalho em domicílios, e altas horas de trabalho; gerando precarização das condições de trabalho, baixos salários, intensificação da jornada de trabalho, ausência dos direitos sociais, inconstância profissional e outras condições que marcam o modelo de empreendedorismo produtivo das cidades (CORTELETTI, 2020).

Um relatório do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco (SEBRAE-PE) (2019) avaliou o relacionamento das atividades produtivas têxteis, desde a fabricação para o comércio dos produtos acabados em si, ao longo de toda a CS mostrando que o setor é extremamente importante para economia do país.

A Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), através da Base de Dados do Estado (BDE), apresentou em seu relatório que das 26 cidades que compõem a região geográfica do agreste pernambucano, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as três maiores em termos de PIB per capita, no ano de 2018, são a própria Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, respectivamente. A mesma publicação informa também que em 2018, Caruaru foi responsável por aproximadamente 3,8%, Santa Cruz do Capibaribe 0,8% e Toritama 0,35% do PIB do estado, que totalizou R\$186.351.975. Diante destes números, se percebeu a possibilidade de estudar o Polo de Confeccões por sua grande importância na economia do estado e do país, bem como para aumentar as pesquisas no contexto de sustentabilidade em CS e sua relação com o capital social, em um setor como o têxtil/vestuário tão expressivo.

Portanto, o presente trabalho de conclusão de curso será baseado na seguinte indagação: **Quais as práticas de sustentabilidade social que são adotadas por empresas que compõem a Cadeia de Suprimentos do Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano?**

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O debate sobre os pilares da sustentabilidade está cada vez mais se tornando pauta no ambiente empresarial, por ter grande peso da sociedade e por envolver questões humanas na sua funcionalidade e na maneira de conduzir suas ações no mercado (NASCIMENTO, 2017).

A dimensão ambiental é proporcionada uma limitação no uso dos recursos naturais e renováveis no consumo pela geração de tecnologias mais “limpas”, para proteção ambiental. Estabelecer na comunidade uma distribuição mais justa das riquezas, preocupando-se com seus impactos na sociedade é o principal objetivo da sustentabilidade social. Por fim, ajustar melhor a alocação dos recursos para uma melhor gestão, onde possibilita o lucro e geração de vantagens competitivas, preocupando-se com a eficiência econômica (ARAÚJO; BUENO; SOUZA; MENDONÇA, 2006).

Empresa sustentável é aquela que pondera em suas ações as três dimensões; é a organização que permanece aspirando seu lucro, mas que equilibra seus objetivos quando passa a considerar e repensar sobre o seu impacto na comunidade, procurando constantemente utilizá-las de maneira competente e social (AZEVEDO, 2006).

As corporações estão cada vez mais incorporando em suas ações, atividades, rotinas, processos e atitudes socialmente responsáveis (KANJI; CHOPRA, 2010). Portanto, as ações das empresas, negativas ou positivas, afetam diretamente a sociedade. Ao cumprir as suas responsabilidades legais no meio ambiente, envolvendo os colaboradores e todas as partes interessadas; assim, sendo reconhecida como socialmente responsável, elas têm facilidade de se destacar no mercado e conseqüentemente ter maior vantagem competitiva (MORAES; JÚDICE, 2008).

Surge então o termo de responsabilidade social empresarial, sendo um movimento reconhecido nesse âmbito por trazer novas exigências para a gestão das empresas (ALVES, 2017). Essa definição está nitidamente atrelada ao termo desenvolvimento sustentável, que se fundamenta na mudança e melhoria do atendimento das necessidades humanas. Na atualidade, os valores morais estão ligados ao respeito e transparência que têm sido estabelecidos pelos diversos movimentos sociais, e como resposta a isso, nascem novos modelos organizacionais, vistos como os mais adequados para o novo ciclo que se inicia, como é o caso das organizações inovadoras sustentáveis (BARBIERI *et al.*, 2010).

A maioria dos estudos e discussões acerca da sustentabilidade evidencia apenas problemas ambientais; contudo, a importância de debates sociais deve ser vista como central das estratégias sustentáveis (SILVA; NASCIMENTO, 2015). Sabe-se que a discussão do aspecto social tem ficado em “esquecimento” nas pesquisas, o enfoque social facilita a maior compreensão do termo sustentável, pois, as questões sociais são consideradas pilares estratégicos para uma organização, principalmente para sua cadeia de suprimento sustentável, esta é uma necessidade do mercado (ALVES; SILVA, 2017).

Ainda considerando essa perspectiva, Silva e Nascimento (2015) destaca a relevância do tema social para as empresas; conceituando as relações sociais,

às abordagens de responsabilidade social corporativa e capital social para criar uma melhor discussão sobre a Cadeia de Suprimentos Sustentável (CSS).

Em vista disso, Silva e Nascimento (2017, p.17) destacam que:

A dimensão social relaciona-se com todo um processo de aproximação do relacionamento interorganizacional no contexto no qual este está inserido. Além disso, entende-se que essa não é apenas mais uma dimensão introduzida na discussão, mas traz consigo uma carga cultural-histórica de grande influência no processo, ao refletir sobre como organizações interagem em busca da entrega de seu produto/serviço.

Em paralelo a isso, Kanji e Chopra (2010) defendem que para uma empresa ter um bom desempenho na sociedade, ela deve participar do comércio com boas práticas empresariais e atitudes que melhorem o local de trabalho, ela é benéfica não somente para os resultados finais de uma corporação, mas, para seus funcionários, partes interessadas, consumidores e todas os envolvidos na sociedade em geral, sendo indispensável avaliar e saber da sua responsabilidade.

## 1.2 OBJETIVOS

Com base na problemática levantada anteriormente, adotou-se o seguinte objetivo geral de pesquisa: Identificar as práticas de sustentabilidade social que são adotadas por empresas que compõem a Cadeia de Suprimentos do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Sendo assim, e para auxiliar a alcançar esse objetivo geral, propõe-se, em sequência, os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as empresas que compõem a CS do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano;
- Conhecer as práticas de sustentabilidade adotadas pelas empresas;
- Verificar o posicionamento das empresas quanto aos fatores sociais relacionados ao seu negócio;

### 1.3 JUSTIFICATIVA

As cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama são as três cidades principais do PCA Pernambucano, sua produção de peças de vestuário é comercializada em todo o Brasil, além também de ser vendida em países da América do Sul, como o Paraguai; o Polo recebe cerca de 45 mil pessoas por semana, com mais de 12 mil unidades produtivas, empregando aproximadamente 76 mil pessoas, com produção de 57 milhões de peças por mês e um faturamento mensal superior a R\$ 144 milhões (FADE, 2003).

Conforme o Sebrae (2019) a cidade de Toritama, que tem mais de mil fábricas de jeans, gera cerca de 60 mil postos de trabalho, sendo 25% diretos. As três cidades e outras formam um APL que gera mais de 120 mil empregos, sem contar com inumeráveis indiretos.

Nitidamente, é um campo de estudo rico e com grande importância estadual. Dados explanados do Sebrae (2012) indicam que se tratando do Polo de Confeções os resultados em termos econômicos mais recentes, da primeira década do século XXI, foram melhores do que os da última década do século passado, que já tinham sido bons, com aumento de 22%, entre 1991 e 2000, crescendo 31%, nos dez anos seguintes.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Polo aumentou de 39% nos últimos nove anos para 57%, no período de 2000 a 2009 (SEBRAE, 2012). Além dessa evidência econômica, há no Polo, uma caracterização social bastante singular de produção. Essa caracterização, conforme Nascimento e Santos (2017), tem um perfil empresarial híbrido, com laços sociais e de parentesco, os negócios são montados na sua maioria por relações familiares, de interações personalizadas, com laços e traços sociais de práticas visivelmente informais.

Portanto, diante dessas e outras peculiaridades sobre o Polo, o presente trabalho consiste em demonstrar nesse local híbrido, forte e singular, através da sustentabilidade, uma análise e aprofundamento sobre seu funcionamento e características e se há em seus serviços, práticas sociais exercidas principalmente na sua CS, visto que, tem sua grande maioria, presença da informalidade.

O aporte teórico desta pesquisa consiste na investigação da sustentabilidade social na CS do setor de confecções nas três cidades que compõem o Polo de Confecção Têxtil do Agreste Pernambucano. O intuito é aperfeiçoar o entendimento e disseminar as intervenções que possam vir a contribuir com debates territoriais sobre práticas sociais (SILVA; ASHBY; NASCIMENTO, 2022). E assim, talvez, possa se aplicar essa discussão de forma mais abrangente na sustentabilidade social.

A contribuição empírica é o conhecimento gerado por essa pesquisa, que pode vir a ajudar as cidades que compõem o Triângulo de Confecções a se estruturarem sustentavelmente, especialmente no pilar social que emerge das práticas da cadeia de suprimento das cidades. Sendo assim, pode-se acionar de forma positiva o Estado, que ganhará ainda mais visibilidade, recebendo através de ações governamentais, condições e instruções para melhoria e desenvolvimento mais éticos dos prestadores de serviço da confecção, se adequando a essa nova forma de consumo da sociedade e performance do mercado.

Em suma, entender essas práticas, de acordo com a dimensão social, como um elemento fundamental no desenvolvimento e compreensão da sustentabilidade entre os membros das cadeias de produção de confecções nas cidades Polos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, encontra-se a fundamentação teórica a fim de trazer transparência para pesquisa, subdividiu-se em: (I) a sustentabilidade e as suas dimensões, (II) responsabilidade social, (III) responsabilidade social empresarial e (IV) o setor têxtil e de confecções do Agreste de Pernambuco.

### 2.1 A SUSTENTABILIDADE E AS SUAS DIMENSÕES

No século 21, cada vez mais a população está consciente em relação a sua postura na sociedade, promovendo atitudes racionais com mais responsabilidade social (TOJEIRO, 2001). Esse novo comportamento, de acordo com Almeida (2007), interfere diretamente na economia global, uma vez que as pessoas estão se tornando mais cautelosas em termos ambientais e sociais, gerando assim atitudes e exigências mais conscientes do mercado.

Movimentos sociais fomentados pela sociedade, organizações não governamentais (ONGs) e a mídia têm contribuído para trazer na esfera organizacional, preocupações de natureza coletiva, principalmente quando geram impactos e reações negativas exteriorizadas e que modificam as práticas habituais dos negócios (GAVRONSKI; FLORIANO, 2013).

Logo, a melhoria de todos os serviços prestados no mercado, acompanhada de atitudes claras e éticas, tende a ser necessária para a continuidade do funcionamento das empresas (BORDIN; PASQUALOTTO, 2013). Conforme Pires, Pereira e Moura-Leite (2015, p. 39) “as organizações que assumem uma postura socialmente responsável podem adquirir um fator estratégico no mercado”.

Com isso, há uma necessidade de conscientização da população e empresas, para que passem a adotar políticas e práticas que conscientemente gerem melhorias para a sociedade (BERTONCELO; CHANG JÚNIOR, 2007). Ou seja, suprir a longo prazo as necessidades entre gerações, em suma, serem sustentáveis.

Do latim *sustentare*, ou seja, sustentar, conservar ou manter, a palavra sustentabilidade, atualmente, é destaque em estudos e pesquisas em todos os

âmbitos. Dentro dos negócios, a sustentabilidade pode ser entendida como uma perspectiva de negócio que acredita nas questões econômicas, ambientais e sociais de maneira abrangente e com equilíbrio, visando benefícios para a sociedade a longo prazo (CAMPOS *et al.*, 2013).

No âmbito empresarial, a sustentabilidade organizacional é definida como organizações que são suficientemente competentes, que geram contribuição efetiva na comunidade e equilibradas nos campos econômicos, ambientais e sociais (BARBIERI, *et al.* 2010). Para Claro, Claro e Amâncio (2018) a sustentabilidade tem seu conceito modelo desenvolvido pela Comissão *Brundtland*, na qual é definida como a satisfação das necessidades atuais, sem comprometimento das condições das necessidades futuras.

Em conformidade com Barbieri *et al.* (2010), existem as três dimensões que formam esses pilares e que carecem de serem incorporadas pelas organizações de modo a beneficiar tanto as empresas quanto a sociedade. Almeida (2002), confere que são elas (Quadro 1):

Quadro 1 – Os pilares da sustentabilidade

| PILARES            | DEFINIÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dimensão social    | Preocupação com os impactos sociais nas comunidades humanas relacionadas às qualidades das pessoas (como exclusão social; pobreza; diversidade organizacional, habilidades, dedicação e experiência), e abrange o ambiente interno e externo da empresa;                                                                                                                                                                              |
| Dimensão ambiental | Preocupação com os impactos ambientais pelo uso de recurso naturais, que estimula as empresas a considerar o impacto de suas atividades no meio ambiente, na forma do uso dos recursos naturais, ajudando a incorporar a gestão ambiental no cotidiano do trabalho;                                                                                                                                                                   |
| Dimensão econômica | Preocupação com a eficiência econômica, sem a qual elas não se perpetuariam. Para as organizações essa dimensão significa obtenção de lucro e geração de vantagens competitivas nos mercados onde atuam, entretanto, ela inclui não apenas a economia de maneira formal, mas também as atividades informais que prestam serviços a indivíduos e também grupos, aumentando a renda monetária e o padrão de vida social dos indivíduos. |

Fonte: Adaptado de Almeida (2002).

Para melhor compreensão, é de suma importância entender o papel de cada um dos pilares da sustentabilidade, além de seus benefícios quando aplicados nas suas respectivas dimensões e nas diversas áreas presentes nas relações humanas. A exemplo disso, a dimensão social, ambiental e econômica tem como principal objetivo a fomentação da sua prática e a inserção de maneira efetiva e decisiva na sociedade (BRAUN; ROBL, 2015).

## 2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para estreitar ainda mais o conceito e entender a necessidade da melhoria dessas empresas, surge então a discussão do termo: responsabilidade social. O termo é dito por Gavronski e Floriano (2007), como: funções que as empresas devem exercer na sociedade, com práticas que vão além do exercício da lei, com ações que são exigidas de forma a beneficiar os envolvidos em uma empresa; que deve ser algo indispensável e que se adeque com os âmbitos de cunho sustentável: econômico, legal e ético.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) pode ser definida como a prática de uma empresa que opera com o intuito de atender às expectativas da sociedade, respeitando a lei, os valores éticos, a comunidade em geral e ao meio ambiente (GUILLARDI, 2006).

Oliveira (2002) ainda ressalta que a responsabilidade social possui alguns pontos principais para sua finalidade, que são: a) Assistência ao desenvolvimento da comunidade onde trabalha; b) Preservação do meio ambiente; c) Apoio e prestação de condições de bem-estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente de trabalho; d) Transparência; e) Satisfação dos consumidores.

## 2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Complementando a construção de responsabilidade social por meio de ações empresariais, Bertoncelo e Chang Júnior (2007) indicam que, empresas que praticam a responsabilidade social, conscientemente ou estrategicamente,

conseguem aumentar seus lucros e expandir sua visibilidade no comércio. Portanto, as empresas não agem mais como entidades autônomas e sim de forma integrada, o que faz com a CS, assuma um papel fundamental na gestão empresarial, incorporando práticas socioambientais em suas atividades (NASCIMENTO, 2017).

De um modo geral, a CS de uma empresa pode ser definida como um grupo de colaboradores, que agrega todos os indivíduos, organizações, recursos, atividades; que trabalham de forma colaborativa para oferecer um pacote de valor de bens e serviços para os clientes finais, além da ética empresarial, também abarca outros aspectos da diversidade no local de trabalho, segurança, direitos humanos e outros aspectos (GAVRONSKI; FLORIANO, 2013).

Para Yawar e Seuring (2015), essa vinculação entre a responsabilidade social corporativa com a gestão da CS, permite que as empresas explorem estratégias para obter resultados de desempenho com foco nessas questões sociais que correspondem para a CS, um ato responsável para lidar com esses problemas.

Há uma necessidade de repensar o que é uma CS, seja uma sequência linear de influências de alguma forma, ou um conjunto de atores que interagem, se relacionam e almejam alcançar um objetivo coletivo desejado, sendo vista como uma estrutura social que mostra as possibilidades de novos recursos. Logo, também pode-se repensar no papel da sustentabilidade nas organizações, a sua discussão vai além da vantagem competitiva e da preocupação com o meio ambiente; os princípios, padrões e morais mudam seu comportamento e posição no mercado (SILVA; NASCIMENTO, 2015).

Para Oliveira (2002), a gestão da responsabilidade empresarial corresponde a atuações internas como programas de contratação, seleção, qualificação e manutenção de pessoal, e externas com o exercício de metas que buscam beneficiar a comunidade.

A propagação de práticas sustentáveis na CS é dever que as organizações precisam seguir para que consigam vantagem competitiva no mercado; a CS é definida como instrução para organizações que buscam reconhecimento, portanto, a inclusão de práticas sociais nessa cadeia surte

como parte dessa instrução de uma atuação responsável no mercado (NASCIMENTO, 2017)

Köksal, Stähle, Müller e Freise (2017) afirmam que todas as mudanças no estilo de vida dos consumidores, além das demandas por produtos modernos, intimidam todos os formatos da CS, transformando o objetivo para uma resposta rápida às necessidades sociais que estão em constante mudança.

Os principais problemas que geralmente incluem os aspectos sociais são: trabalho escravo, ilegal, infantil, situações de assédio, baixos salários pagos e discriminações de vários tipos (NASCIMENTO; SILVA, 2020). Isso ocorre na CS e muitas vezes são ignoradas; portanto, a responsabilidade social deve ser analisada como ponto importante para o desenvolvimento social dos envolvidos e para a melhor inserção da sustentabilidade em CS (ALVES; SILVA, 2017).

Entretanto, se vive em uma realidade em que as empresas muitas vezes sondam as suas CS, buscando apenas se concentrar no cumprimento das leis relacionadas aos problemas socioambientais (NASCIMENTO, 2017).

Segundo Tachizawa (2005, p. 2), o comportamento que os consumidores estão tomando diante das relações com as empresas, está demarcando uma nova ordem econômica: “rígida postura dos clientes com a preocupação de ações éticas, boa imagem institucional, além de atuações socioambientais responsáveis”. Ainda de acordo com Tachizawa (2005), os consumidores preferem o consumo de produtos e serviços que tenham baixo impacto agressivo ao meio ambiente, esperando que sejam: ecológicas, recicláveis, sustentáveis e comprometidos com pautas sociais.

Dito isto, Póvoas (2015) afirma que a dimensão social é responsável por proteger e preservar as diversidades culturais, além de garantir o funcionamento pleno dos direitos humanos, bem como o combate à exclusão social. Entretanto, a dimensão social que é esperada pelos consumidores, resulta na postura da empresa com os envolvidos, correspondendo às habilidades e experiências tanto do ambiente interno da empresa, quanto para o externo envolvendo o elemento social e humano (ALMEIDA, 2002).

Para uma empresa exercer um bom papel na dimensão social, é necessário agir com boas práticas no oferecimento de emprego e de trabalho, fazendo melhorias no ambiente de trabalho, estando envolvida nas construções

de projetos e pautas sociais em comunidades locais (KANJI; CHOPRA, 2010; SILVA; ASHBY; NASCIMENTO, 2022).

Logo, se faz necessário por parte da empresa, ser ética e transparente quanto à sua atuação com os envolvidos, seguindo padrões e legislações que assegurem sua funcionalidade. Tachizawa (2005) traz o exemplo das certificações sociais nas empresas, com critérios que englobam fatores necessários na sua gestão, como a valorização dos colaboradores e também medidas que propiciem qualidade de vida, há também o dever de atender normas nacionais e internacionais, como o da norma SA8000, que confere em assegurar ao processo produtivo: a) melhores relações trabalhistas, respeito aos direitos humanos, contratação de mão de obra; b) relação com a comunidade: natureza das ações, problemas sociais solucionados; e c) relação com os empregados: benefícios aos produtores da CS, qualidade de vida no trabalho, clima organizacional.

Conforme Guillard (2006), a certificação social tem o objetivo de dispor normas de responsabilidade social às empresas, a SA8000 é o resultado de uma série de padrões para a atuação da responsabilidade social como benefício das atividades das empresas.

Guillard (2006) ainda complementa que quando uma empresa incorpora uma certificação social como a SA8000, pautas como: visão e missão; ética; relações de trabalho, saúde e relacionamento com a cadeia produtiva (fornecedores, produtores, distribuidores); balanço social; meio ambiente; ações culturais, além de apoio à comunidade e aos direitos humanos são exercidas. Com a missão de melhorar as condições de trabalho, padronizar setores de negócios, trabalhar obedecendo as organizações trabalhistas e de direitos humanos, proporcionando incentivos que beneficiem a comunidade empresarial e de consumidores, entre outros benefícios, são exercidas.

Para Oliveira (2002), essa norma é eficaz e traz benefícios amplos para empresa e os sujeitos envolvidos na CS, listando entre esses pontos: 1) para a empresa: elevação da moral dos empregados, avanço na qualidade e produtividade, confirmação da prática da responsabilidade social com os empregados; diminuição da rotatividade; benefícios para a reputação da empresa, etc; 2) para os envolvidos internos: otimização do ambiente de

trabalho; diminuição no número de acidentes; remuneração adequada às necessidades, etc; 3) para os envolvidos externos e consumidores: reconhecimento da qualidade das condições humanas, transparência e clareza de sua produção, credibilidade, aprovação por parte dos consumidores por se tratar de empresas que estão preocupadas com a condição humana dos funcionários, etc; 4) para a comunidade: restringência do trabalho infantil, trabalhadores saudáveis, etc.

Em complemento às condições da norma, Oliveira (2002) ressalta os seguintes requisitos, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Complemento às condições da SA8000

|                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Trabalho infantil                                       | Não se deve aceitar ou apoiar a prática de utilização do trabalho infantil.                                                                                                                                                                                                                           |
| Trabalho forçado                                        | Não se deve incluir ou apoiar a utilização de trabalho forçado.                                                                                                                                                                                                                                       |
| Saúde e segurança                                       | Deve-se proporcionar um ambiente de trabalho que traga segurança, e seja saudável e agradável, que tenha prevenção de acidentes.                                                                                                                                                                      |
| Liberdade de associação e direito à negociação coletiva | Deve-se ter respeito aos direitos dos trabalhadores para formação ou a associação a sindicatos de sua escolha.                                                                                                                                                                                        |
| Discriminação                                           | Não se deve apoiar a discriminação, seja na contratação, remuneração, treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria, fundamentando na raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação a sindicato ou afiliação política partidária. |
| Práticas disciplinares                                  | Deve-se dispensar de praticar a punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal.                                                                                                                                                                                                            |
| Horário de trabalho                                     | Deve-se cumprir o que é de lei sobre horário de trabalho e pausas.                                                                                                                                                                                                                                    |

|                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Remuneração       | Deve-se garantir que a remuneração do trabalho seja feita, sendo sempre o suficiente para atender às necessidades básicas dos trabalhadores.                                                                                                                                                                             |
| Sistema de gestão | Deve-se assegurar o comprometimento para atender a todos os requisitos desta norma, com a melhoria contínua, o planejamento e implementação com a tomada de ações corretivas quando for o caso, o controle de fornecedores, registros, sua publicidade e a comunicação clara e regular com todas as partes interessadas. |

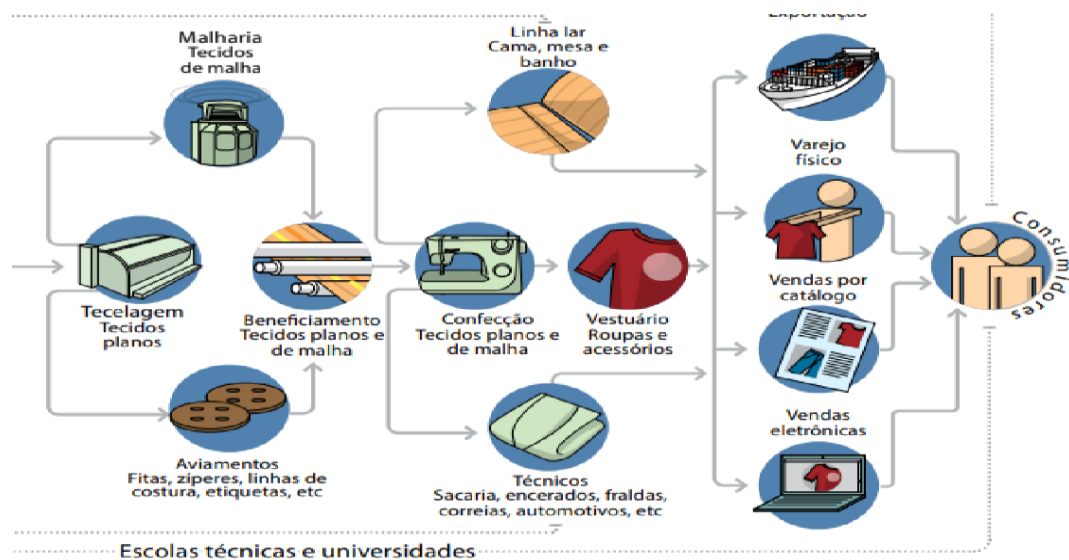
Fonte: Adaptado de Oliveira (2002).

## 2.4 O SETOR TÊXTIL E DE CONFECÇÃO DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

O setor têxtil e o de confecção mundial é designado por sua potência e dinamismo, em decorrência de lançamentos que ocorrem durante todo ano, em vista que: nos anos 2000, a produção do mercado têxtil cresceu 34%, acompanhada do crescimento do comércio mundial, que expandiu em 83%, fazendo com que o Brasil ocupasse a quinta colocação, com representatividade de 3% do mercado global (SILVA; NASCIMENTO, 2017).

A cadeia produtiva têxtil, como mostrado na Figura 1, passa por uma série de processos até que chegue ao consumidor final. o Brasil, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT, 2013), possui a maior cadeia produtiva integrada do Ocidente, produzindo desde as fibras até as confecções, bem como reúne mais de 33 mil empresas, com mais de 5 funcionários, das quais mais de 80% são confecções de pequeno e médio porte e emprega cerca de 1,6 milhão de brasileiros, sendo que 75% são funcionários do segmento de confecção.

Figura 1 – Estrutura produtiva da cadeia têxtil e de confecção brasileira



Fonte: Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, ABIT, (2013).

Segundo dados da ABIT (2020), em 2020, o setor contava com 1,36 milhão de empregados diretos e 8 milhões de adicionados indiretos, com mais de 24,6 mil unidades produtivas formais em todo o país; sendo o segundo maior empregador da indústria de transformação, ficando atrás somente do comércio de alimentos e bebidas, ganhando o título de um dos quatro maiores produtores de malhas do mundo.

Com o expressivo destaque na economia brasileira e seus efeitos positivos na sociedade, é de fundamental importância à identificação desse arranjo de trabalho, o da indústria têxtil para Brasil, pois além do seu destaque econômico mundial, a atividade demanda muitos colaboradores e um elevado número de empresas (SOUZA, 2013).

O Polo de Confecção do Agreste (PCA) é um centro de desenvolvimento de suma importância para a economia do estado de Pernambuco, definido por um APL têxtil com características específicas que compõe os municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, bem como cidades próximas que se igualam com seus produtos: peças de vestuário de moda (BARROS, 2009).

A transformação espacial vivida por esses municípios é visível, principalmente por ser uma região onde essa especialização produtiva têxtil gera mudanças econômicas e sociais, tornando-se assim a principal fonte de renda para a população, derivada de um dinamismo bastante intenso, que consolida

em um investimento e expansão do mercado, acentuando ainda mais nesse destaque dos municípios (XAVIER, 2020).

Atualmente, os consumidores de vestuário ficam à espera de mudanças constantes, pressionando as empresas a criarem novos produtos com frequência. Esses fatos levam automaticamente a um aumento da pressão sobre os varejistas de vestuário para obterem custos mais baixos e prazos de entrega mais curtos, resultando em padrões de trabalho ruins na cadeia de suprimentos (Köksal *et al.*, 2017).

Uma pesquisa realizada pela Sebrae (2003), intitulada como: Estudo de Caracterização sobre o Polo da sulanca estudou os Polos de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama e demonstrou que eles possuíam, em torno de 14.000 unidades produtivas têxteis, sendo que apenas 8% eram delas eram formalizadas.

Dados fornecidos pela ABIT (2013), identificaram que a necessidade de atender todo o mercado nacional, que está sempre em constante expansão, levou as empresas a adotarem a terceirização como parte do processo em pequenas fábricas.

Com isso, Alves e Silva (2017) destaca que: “A terceirização visa reduzir os custos com confecção [...] Em virtude da terceirização, problemas relacionados às leis trabalhistas passaram a ocorrer com maior frequência”. Barros (2009, p. 01), ainda acrescenta que:

O APL de Confecção de Pernambuco é composto atualmente por cerca de vinte mil empresas sendo a grande maioria informal, fator que contribui de forma relevante para vários problemas ligados ao desenvolvimento de produtos deste setor.

Köksal *et al.* (2017), ainda reiteram que, na indústria de vestuário, popularmente já conhecida por sua intensidade de trabalho, junto aos processos de terceirização, possui uma grave falha na transparência com seus colaboradores, deixando para segundo plano a dimensão social.

Percebe-se que diversas dessas organizações presentes no Polo, que pertencem a CS diversas, chamam a atenção da sociedade para grandes e diversas irregularidades. Verificam-se que as formas de trabalho, na cadeia, muitas vezes tornaram-se um agravante com a intensificação das formas

flexíveis de trabalho, com a informalidade, terceirização, subcontratação, trabalho intermitente, etc., nas quais demarcam a precarização das condições de trabalho e demonstram ausência dos direitos sociais (CORTELETTI, 2020).

As empresas da indústria têxtil/vestuário precisam ser orientadas para a sustentabilidade, pois, se o foco é manter apenas a maximização do lucro, as práticas sustentáveis na cadeia de suprimentos ficam inertes e tornam-se em um círculo vicioso de falhas (KOKSAL *et al.*, 2017).

Vários escândalos sociais no nível corporativo têm chamado atenção nos últimos anos referentes a diversas questões que envolvem caso do trabalho escravo, trabalho infantil, exploração de horário de trabalho, e tudo que diz respeito aos direitos humanos (ALVES; SILVA, 2017). Como é o caso da Shein, empresa mundialmente reconhecida, em alta, que é acusada de trabalho forçado e infantil através de publicações e declarações falsas sobre certificados internacionais acerca das condições de trabalho em suas fábricas<sup>1</sup> (TECHMUNDO, 2020).

A dimensão social está fundamentada nas habilidades e experiências tanto no ambiente interno da empresa, quanto para o externo (ALMEIDA, 2002). Kanji e Chopra (2010) destacam que a inserção do social é uma forma de gestão que revela a ética de uma organização no meio em que se insere, incorporando fatores importantes que valorizem o colaborador, proporcionando qualidade de vida e atendendo normas que corroborem com seu trabalho.

Com isso, Koksall *et al.* (2017) concluíram que é possível definir o setor têxtil como um setor problemático, pelo fato de ter uma CS fragmentada, com uma demanda dos consumidores servindo como barreiras para a sustentabilidade pela grande procura de preços mais baixos, fazendo com que haja uma desvalorização de mão de obra, além da rápida mudança de estilos frequente (moda rápida/*fast-fashion*).

As empresas desse setor precisam ser orientadas para a sustentabilidade, com a disseminação das orientações em todos os níveis de sua CS para evitar esse círculo vicioso (KOKSAL *et al.*, 2017).

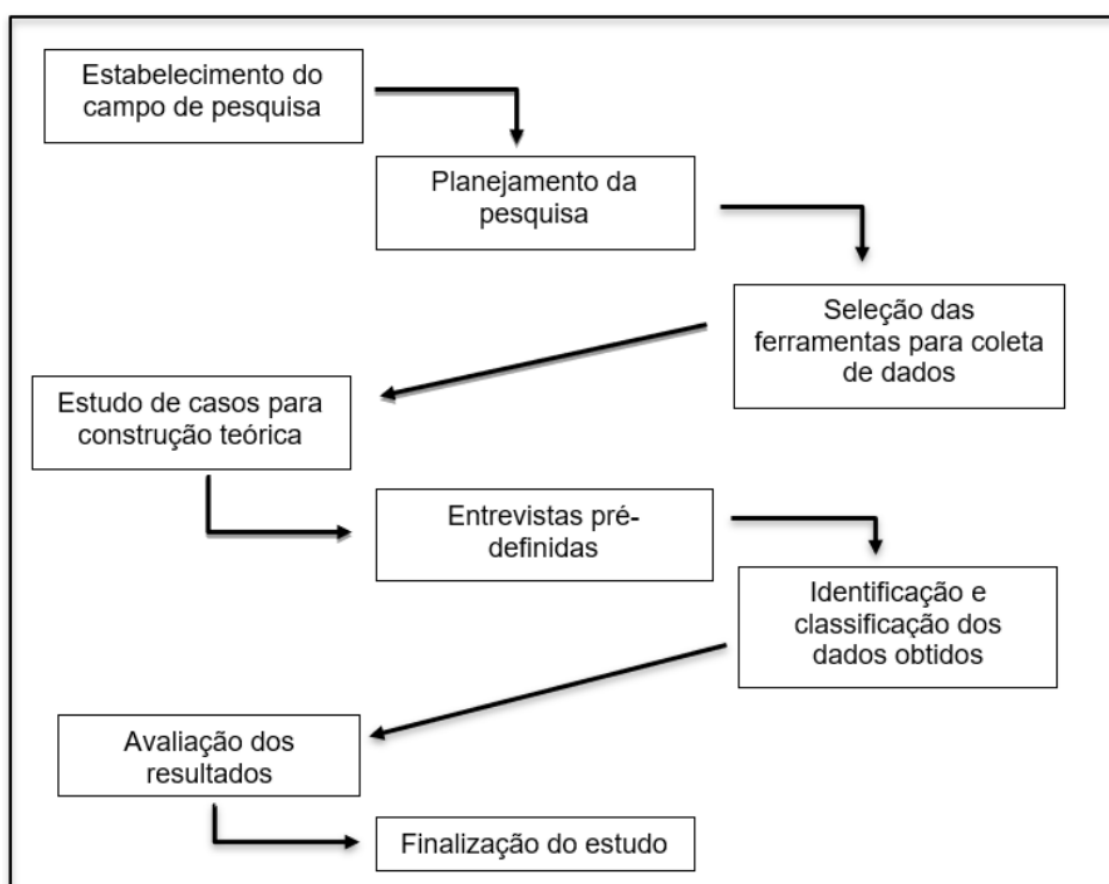
---

<sup>1</sup><https://www.tecmundo.com.br/mercado/222651-shein-mente-certificado-oculta-dados-condicoes-trabalho.htm>

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser descrita, de acordo com Gil (2015) como um procedimento desenvolvido mediante conhecimentos disponíveis, junto a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos descritos a partir da Figura 2:

Figura 2 – Fluxograma da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Com o intuito de identificar e obter informações sobre possíveis práticas sociais, foram analisadas diferentes elos dentro da CS do PCA, e como parte do processo de pesquisa, especificou-se que fossem estudados não somente os empreendedores dos diversos pontos de venda das três cidades (Caruaru, Toritama e Santa Cruz), como também os membros que contribuem de alguma forma com o processo produtivo de confecções, sejam eles funcionários,

fornecedores de matéria-prima e de serviços, consultores, etc. Todos que pertencem ao campo organizacional do Polo, que têm relacionamentos na CS, puderam, através das entrevistas, identificar: incentivos, realidades, situações e pressões relacionadas ao aspecto social dentro do cenário das confecções.

### 3.1 TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para delinear essa pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa exploratória. Neves (1996), descreve a pesquisa qualitativa na qual os dados não assumem natureza numérica, quando se tem direcionamento ao longo da pesquisa e com dados que são obtidos através do contato direto e interativo, e muitas vezes o pesquisador procura entender os fenômenos a partir das perspectivas dos participantes do caso estudado.

A abordagem utilizada no estudo foi selecionada como forma de alcançar os melhores resultados para essas condições. Para isso, foi selecionada a modalidade exploratória, que de acordo com Gil (2015) tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema a ser pesquisado, tornando-o mais explícito. Uma grande parte dos estudos de natureza exploratória pode ser definida como pesquisa bibliográfica. A estratégia de pesquisa bibliográfica foi escolhida; ela é definida por Gil (2015) como uma estratégia que é desenvolvida a partir de algum material já existente, formado principalmente por livros e artigos científicos.

A atividade de coletar e analisar dados recebidos pelos participantes costuma levar tempo e é extremamente cautelosa, por ter que revisar um fenômeno que tem várias formas, como descrição, medição, forma, análise, comparação, essência e etc. (NEVES, 1996).

#### 3.1.1 Modelo e variáveis da pesquisa

A técnica de pesquisa se tratou de um estudo de caso. De acordo com Neves (1996, p.3) “o objetivo do estudo de caso, por seu turno, é a análise profunda de uma unidade de estudo”. Sendo uma situação atual e de contexto da vida real.

Yin (2001) ressalta que os resultados não podem ser generalizados, mas, através deles há propagação do conhecimento, que faz com que haja um melhor entendimento e esclarecimento sobre o fato estudado, como se apresenta nesta pesquisa.

Foram realizadas entrevistas com os diferentes participantes da CS que estão ligados à confecção de roupas no Polo de Confecções do Agreste para que sejam identificadas práticas sociais através das análises. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, com 22 entrevistados, todos envolvidos diretamente ou indiretamente com o APL têxtil das cidades, de diversos setores, ocorridas nos períodos de maio de 2019 a agosto de 2020, logo transcritas, totalizando 19h00min29s de entrevistas, que foram analisadas à luz das teorias para responder os objetivos desta pesquisa.

Foi utilizada também a técnica de bola de neve, que é uma amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência com indicações dos próprios entrevistados. A análise dos dados da pesquisa ocorreu pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2009) por meio da categorização do material coletado e transcrito. Foram inicialmente utilizadas categorias pré-definidas na discussão teórica sobre sustentabilidade social em cadeias de suprimento.

Na modalidade de pesquisa qualitativa, a validade dos resultados se relaciona com a profundidade do seu desenvolvimento e não pelo tamanho da amostra (RICHARDSON, 1999).

### 3.2 DESCRIÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

Com o intuito de identificar práticas sociais no APL têxtil, foram escolhidas as três cidades que compõe o Triângulo de Confecções: Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, nessas 3 (três) cidades, ficam localizados grandes Polos, com destaque para feira da Sulanca em Caruaru, Parque da Feira do Jeans em Toritama e o Moda Center em Santa Cruz do Capibaribe, com o objetivo de pesquisar o campo e aprofundar debates sobre o tema.

### 3.2.1 Caruaru

O município de Caruaru está localizado na faixa do agreste Pernambucano, a 111 km da capital de Recife (IBGE, 1959). A cidade tem grande importância econômica para o Estado, com uma comercialização forte na área alimentícia, têxtil e de couros como fonte principal de renda (SEBRAE, 2003).

A cidade começou a desenvolver atividades do ramo de vestuário na década de 1970, mas diferentemente de Toritama e Santa Cruz, a sua economia é bastante diversificada e de grande importância dentro do estado, por já ter muitos itens artesanais e populares antes mesmo dos artigos de confecção (XAVIER, 2020).

O centro de comercialização têxtil de Caruaru, apresentado na Figura 3 e 4, se divide em várias unidades, entre as mais populares delas, estão o Polo de Caruaru e a Feira da Sulanca. O Polo de Caruaru tem 174 hectares e 64 mil metros de área coberta e 3000 vagas de estacionamento e reúne mais de 530 lojas, com praça de alimentação, quiosques, empresas, e outros estabelecimentos (BRAGA, 2019). O Polo Comercial de Caruaru não obteve tanta expressão para os comerciantes têxteis locais, pois a grande maioria se encontra na Feira da Sulanca (BRAGA, 2019).

Figura 3 – Polo de Caruaru



Fonte: G1 Caruaru<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2021/03/29/polo-caruaru-funciona-em-novo-horario-a-partir-de-quinta-feira-10.ghtml> > Acesso em: 15 dez. 2021.

Braga (2019) ainda complementa que a feira é reconhecida tradicionalmente como parte cultural de Caruaru, é vista como um motor do comércio local, que impulsiona o desenvolvimento da Feira da Sulanca através da sua ampla e tradicional rede de comércio popular.

No entorno do seu comércio atual (localizada na 18 de Maio) existem quatorze feiras livres juntas com a feira da Sulanca, que são a: Feira de Artesanato; Feira de Importados; de Raízes e Ervas Medicinais; de Flores e Plantas Ornamentais; de Couro; de Bolos, Gomas e Doces; de Ferragens; de Artigos de cama, mesa e banho; dentre outras no mesmo entorno; e assim como os demais polos centenas de pequenos comerciantes de outras cidades, que chegam semanalmente em ônibus fretados vindos de diversas partes do Brasil (FEIRA DE CARUARU, 2019).

Figura 4 – Feira da Sulanca em Caruaru



Fonte: G1 Caruaru e Região<sup>3</sup>

### 3.2.2 Toritama

A cidade de Toritama, pertencente à zona do Agreste, está localizada a 138 km da capital do Estado (IBGE, 1959). Até os anos setenta, tinha sua

---

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://www.cbncaruaru.com/artigo/prefeitura-de-caruaru-divulga-calendario-da-feira-da-sulanca-para-o-mes-de-novembro>>. Acesso em 15 dez. 2021

produção econômica voltada para base de couro ou borracha, com fabricação de chinelos e sapatos; contudo, após esses 30 anos até a atualidade, a cidade se voltou para a produção de moda jeans, ganhando espaço e se transformando no maior Polo de produção de jeans do Nordeste (SEBRAE, 2003).

Foi então criado um Polo destinado à comercialização dos jeans: o Polo das Feiras, apresentado na Figura 5; ele foi construído em 2001 por iniciativa privada de empresários da região, junto ao apoio do poder público, a sua construção visou a constituição de mil e duzentas barracas (OLIVEIRA; BRAGA, 2014)

Ficou então reconhecida como a Capital do Jeans, por se apresentar como uma das maiores produtoras de jeans do Brasil, contando com cerca de 16% da produção nacional, com mais de 2500 indústrias, também gerando mais de 15 mil empregos, construindo uma cadeia de fábricas e lavanderias, com faturamento estimado em mais de 453 milhões de reais por ano (BARROS, 2009). Lá no município são reproduzidas as mesmas características das demais Feiras da Sulanca: disposições caóticas, condições precárias e comercialização crescente, com destaque para a desordem e os frequentes acidentes, hoje, toda a área é demarcada com bancos cadastrados (OLIVEIRA; BRAGA, 2014).

Figura 5 – Feira da sulanca em Toritama



Fonte: G1, globo<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2020/08/07/prefeitura-de-toritama-divulga-as-medidas-para-retomada-da-feira-do-jeans-no-domingo-9.ghtml>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

Essa área de comércio privada é localizada nas margens da cidade, sua intenção era colocar a Feira da Sulanca para dentro, para que houvesse uma reorganização de novas estruturas que oferecessem melhores condições de trabalho (BRAGA, 2019).

Outro destaque da cidade de Toritama, é que o seu Polo também é de lavanderias de produção de jeans, que reúne cerca de 50 indústrias responsáveis pelos processos de lavagem, amaciado, tingimento e descoloração do jeans, fato esse que gera a poluição do rio Capibaribe pela água usada na lavagem do jeans, conforme apresentado na Figura 6 (SEBRAE, 2003).

Figura 6 – Rejeitos das lavanderias de jeans em Toritama



Fonte: G1, globo<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/rejeitos-de-fabricas-de-jeans-deixam-agua-do-rio-capibaribe-vermelha.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

### 3.2.3 Santa Cruz do Capibaribe

Por fim, a cidade de Santa Cruz do Capibaribe está localizada a 144 km da capital do estado de Pernambuco, de clima semiárido quente, teve o território desmembrado de Taquaritinga do Norte e instalado oficialmente a 9 de maio de 1954 (IBGE, 1959). Conhecida como a Capital da Sulanca, a cidade tem a confecção como principal atividade econômica, que teve origem quando era apenas um distrito, mas que começou a se concretizar e ampliar-se a partir dos anos 70; e assim, nos anos de 1990 novos mercados foram conquistados e acabou se tornando o maior polo de confecções do Nordeste. (CONDEPE/FIDEM, 2006).

O Polo surge como uma modernização da feira que até então acontecia nas ruas, como mostra na Figura 7.

Figura 7 – Feira da sulanca nas ruas de Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Página do Raízes de Santa Cruz do Capibaribe no facebook<sup>6</sup>

Foi inaugurado no dia 7 de outubro de 2006 o Moda Center, apresentada na Figura 8; atualmente é considerado um dos maiores centros atacadistas de confecções de toda a América Latina. O Moda Center abriga milhares de

---

<sup>6</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/historiandoscc/photos/a.551838554885902/1433455443390871/?type=3&theater>. Acesso em: 12 ago. 2021.

empresas da esfera têxtil que têm fabricação própria e exportação dessa produção de roupas para todo o País (SEBRAE, 2003).

Figura 8 – Polo de Confeções de Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Diário de Pernambuco (2019).

A estrutura é dividida em seis módulos, selecionados por cor e que abrigam 9.624 boxes e 707 lojas, cobrindo uma área total de 120 mil metros quadrados. Dentro do Polo há: praças de alimentação, dormitórios, estacionamento, posto ambulatorial, caixas eletrônicos de bancos, banheiros, etc. Com um fluxo alto de clientes, em alta temporada, chega a receber 100 mil pessoas vindas de todo o Brasil, como apresentado na Figura 9 (SEBRAE, 2013).

Figura 9 – Estrutura do Moda Center Santa Cruz



Fonte: Fabricantes da moda (2019).

### 3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada por várias pessoas envolvidas no APL têxtil das cidades, de diferentes setores e que trabalhavam com a mesma finalidade, a da confecção. Foram escolhidas pessoas que fazem parte de empresas, ou até que trabalham de forma independente, bem como que realizam serviços de fornecimento de matéria-prima (tecido e aviamento) de serviço e/ou produção como os gestores, microempresários, costureiras e faccionistas, contando que tivessem na sua atividade final o envolvimento com o comércio de confecção.

A etapa de identificação dessas empresas e dos personagens que formam o *corpus* dessa pesquisa se deu pelo conhecimento da pesquisadora por meio de sua vivência nesse campo e nesses territórios, tendo como resultado uma variedade de agentes de diversas características e relações.

Essa escolha se deu ao fato de entender que todos esses atores mencionados são de fundamental importância para compreender a cadeia de suprimento do setor estudado. Como mencionado, no decorrer da pesquisa, o setor de confecção da cidade é fortemente marcado pela informalidade; muitos não se encontram cadastrados na junta comercial do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mesmo exercendo as atividades diretas.

Como é possível verificar no Quadro 4, nele constam as respectivas empresas, de diversas áreas de atuação, identificadas com suas funções, os sujeitos se dividem: em fornecedores, fabricantes de pequeno, médio e grande porte, confeccionistas, faccionistas, lavanderias e demais atores não tradicionais à cadeia desse objeto de estudo, mas que fazem parte da CS do Polo de Confecções, iniciadas no mês de agosto de 2019 e algumas no ano de 2020 entre os meses de janeiro, fevereiro e agosto. Com tempos diversos de entrevistas, nelas foram conquistadas respostas para as questões formuladas, além de outras que foram surgindo e também complementaram à pesquisa. Com durações também diversas, variadas de 26 minutos até mais de duas horas, como aqui apresentado no quadro, observando todas as falas durante o tempo de entrevista:

Quadro 3 – Lista de participantes da pesquisa

| N | Identificação | Atuação                                           | Tempo de atuação no mercado | Tempo de entrevista | Data da entrevista |
|---|---------------|---------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------|--------------------|
| 1 | Consultor 1   | Atua com consultoria (ex-membro direto da cadeia) | 6 anos                      | 1h16min06s          | 04/9/2019          |
| 2 | Consultor 2   | Presidente executivo de negócios                  | 4 anos                      | 57min48s            | 04/9/2019          |
| 3 | Lavanderia 1  | Assistente administrativo de Lavanderia           | 3,5 anos                    | 39min11s            | 14/12/2019         |
| 4 | Lavanderia 2  | Diretor geral                                     | 8 anos                      | 26min30s            | 10/12/2019         |
| 5 | Facção 1      | Proprietária (facção de peças <i>plus size</i> )  | 4 anos                      | 40min24s            | 05/02/2020         |
| 6 | Facção 2      | Coordenadora de RH                                | 9 anos                      | 29min11s            | 29/01/2020         |
| 7 | Facção 3      | Proprietário                                      | 5 anos                      | 51min               | 02/10/2019         |
| 8 | Prod. PME 1   | Diretor geral                                     | 5 anos                      | 36min49s            | 02/10/2019         |

|    |                |                                                          |          |            |            |
|----|----------------|----------------------------------------------------------|----------|------------|------------|
| 9  | Prod. PME 2    | Proprietária<br>(pequena<br>empresa de moda<br>feminina) | 1 ano    | 35min15    | 12/02/2020 |
| 10 | Prod. PME 3    | Proprietária<br>(fabrica peças<br>plus size)             | 1,5 anos | 25min56s   | 28/01/2020 |
| 11 | Prod. PME 4    | Proprietária                                             | 25 anos  | 44min27s   | 27/08/2020 |
| 12 | Prod. PME 5    | Proprietária (se<br>intitula presidente)                 | 4 anos   | 33min39s   | 25/09/2019 |
| 13 | Prod. PME 6    | Proprietário<br>(moda masculina)                         | 15 anos  | 38min59s   | 16/10/2019 |
| 14 | Prod. Grande 1 | Proprietária                                             | 15 anos  | 27min23s   | 17/09/2019 |
| 15 | Prod. Grande 2 | Gerente de RH                                            | 6,5 anos | 19min15s   | 07/10/2019 |
| 16 | Prod. Grande 3 | Proprietário                                             | 40 anos  | 58min36    | 18/09/2019 |
| 17 | Prod. Grande 4 | Vice gerente geral                                       | 2 anos   | 46min55s   | 01/10/2019 |
| 18 | Fornecedor 1   | Gestor geral                                             | 27 anos  | 2h22min38s | 27/08/2019 |
| 19 | Fornecedor 2   | Gerente comercial                                        | 22 anos  | 2h5min25s  | 18/09/2019 |

|                               |              |                    |         |             |            |
|-------------------------------|--------------|--------------------|---------|-------------|------------|
| 20                            | Fornecedor 3 | Diretor financeiro | 10 anos | 1h19min51s  | 17/09/2019 |
| 21                            | Fornecedor 4 | Diretor executivo  | 12 anos | 53min14s    | 03/09/2019 |
| 22                            | Fornecedor 5 | Proprietário       | 5 anos  | 51min56s    | 01/10/2019 |
| Total de horas de entrevistas |              |                    |         | 19h00min29s |            |

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

### 3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Em se tratando de uma pesquisa de caráter qualitativo, foram elaborados roteiros de entrevista seguindo um roteiro semiestruturado, pois no meio delas podem surgir outras informações. Desejou-se encontrar nessas entrevistas os responsáveis pela produção de peças, vendas dos produtos, funcionários diretos e indiretos que participam da produção e fornecedores de matérias-primas como tecidos e aviamentos.

Durante as entrevistas, outras questões podem surgir e foram analisadas. Espera-se entrevistar responsáveis por produzir, vender, orientar aos comerciantes, sobre as peças produzidas no Polo, fornecedores de matérias-primas e de serviços.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A elaboração desse estudo tem como principal objetivo sumarizar dados relevantes do tema abordado, alcançando uma compreensão dos resultados identificados do campo organizacional escolhido.

Houve vários contatos prévios com os envolvidos do PCA para a melhor compreensão da CS do Polo. Logo, todas as entrevistas foram presenciais, gravadas por um aparelho de voz que permitiu a transcrição para a análise. Vale ressaltar que há uma grande relação da participante no campo de pesquisa, o que amplia a viabilidade de seu desenvolvimento junto aos entrevistados.

Para a análise de dados, análise de conteúdo foi utilizada com o objetivo de tratar as informações contidas nas informações recebidas através, sendo de três etapas: material coletado nas entrevistas; análise do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2011).

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

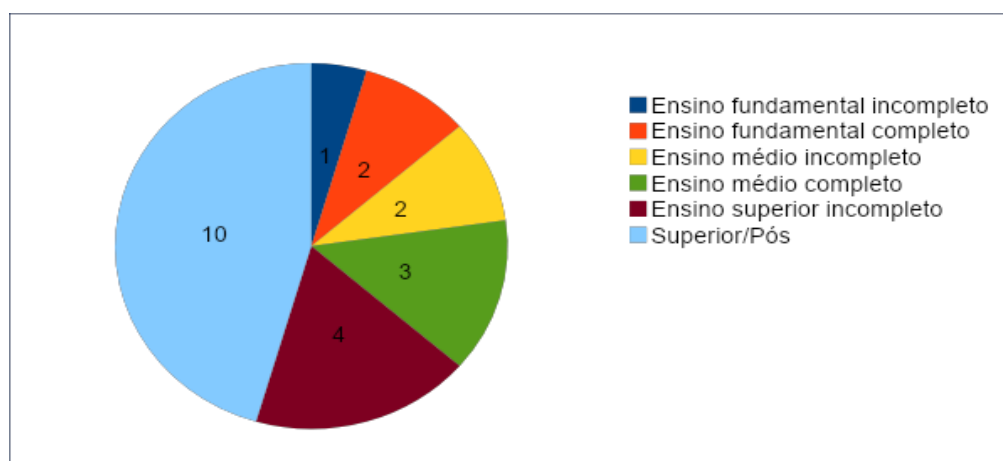
Com o objetivo de analisar e identificar se há práticas sociais na cadeia de suprimento do setor de confecção nas cidades do PCA (Santa Cruz, Toritama e Caruaru) foram investigados atores variados que pertencem a diferentes cargos/ramos da CS e do campo organizacional das cidades, conforme Quadro 3 já apresentado.

### 4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Em suma, foram estudados 22 sujeitos, sendo eles 4 empresas formais e de portes maiores, 6 confecções de pequenos empresários, 3 facções, 2 lavanderias, 5 fornecedores de matérias-primas (2 de tecidos e 3 de aviamentos) e 2 gestores de serviços voltados à confecção (1 diretor de eventos sobre negócios e empreendedorismo e 1 consultor), sendo esses dois últimos os não tradicionais a CS, mas que ajudaram na compreensão dos objetivos da pesquisa.

Como pode-se verificar no Gráfico 1, os sujeitos da pesquisa estão inseridos nos mais variados níveis de ensino. Em relação ao perfil dos entrevistados, há 1 entrevistado com o ensino fundamental incompleto, 2 com o fundamental completo, 2 com o médio incompleto, 3 com o médio completo, 4 com o superior incompleto e 10 com o ensino superior completo, sendo destes, 1 com pós-graduação e 1 com *MBA*.

Gráfico 1: escolaridade dos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ademais, os sujeitos da pesquisa se dividiram em pessoas com 1 ano de experiência na empresa entrevistada, como também quase 40 anos (Prod. Grande 3), bem como se destaca um empresário com 53 anos, que trabalhou desde muito novo no setor, assim como muitos outros com experiências e trabalhos no mercado com 27 anos (Fornecedor 1), 25 anos, entre outros; o que traz certa segurança em relação a experiência dos sujeitos no presente estudo.

Em relação à formalização dos sujeitos sobre as empresas ou cargos que fazem parte (NASCIMENTO; SILVA, 2020), o Fornecedor 5 juntando suas 2 empresas, tem um total de 80 funcionários, todos formalizados e de carteira assinada, assim como o fornecedor 1; já a Prod. PME 3 tem produção feita por facções terceirizadas, com nenhuma formalização, o Prod. Grande 3 tem muitos empregados diretos, somando cerca de 700 pessoas, formalizadas.

A Facção 1, apesar de não ser formalizada, traz uma indagação sobre a característica da região: “eu, como faccionista, posso contratar uma pessoa e trabalhar um mês com ela, e mandar ela embora. Eu não tenho obrigação nenhuma com ela, entendeu? E isso me preocupa. ”

O Fornecedor 4 até traz a sua formalização, também como transparência: “Então, a gente... como é uma empresa 100% formal, a gente tem contrato, tem documentos quando vende, tem nota fiscal, tem tudo, que dá uma confiança ao negócio. ” Mas, como algo competitivo, ele coloca a característica como desvantagem: “[...] por conta da informalidade. E como a gente não participa da informalidade, a gente não consegue ter o preço que os concorrentes têm”. Bem como a Prod. PME 2, que é MEI, mas tem funcionários diretos sem cobertura formal, e comenta: “[...] a concorrência é forte, e principalmente por ser muito informal [...] baixa valor, às vezes você tá ganhando centavos, mas pra se manter naquilo ali, é muito importante aquele centavo de diferença que você tá diminuindo”.

Os participantes explicaram em suas respostas, algumas visões particulares que se tem sobre a informalidade da região, como é possível observar nos fragmentos abaixo:

Acredito que pra aqui, eu acho que a informalidade é um incentivo pras pessoas se... assim, empreenderem, porque não vai ter que pagar

aquela parte de imposto[...] sendo informal num primeiro período, você tem como captar primeiro o dinheiro, ver como é o mercado, pra ver se realmente você quer formalizar a empresa. Acredito que seja assim, no meu ponto de vista (sic). (Fornecedor 5).

[...]já tá gerando um emprego, informal também, mas já tá gerando um emprego (sic) (Facção 1).

Essa economia informal que a gente tem, ela é salutar. Ela é salutar porque esse informal, ele vai ser formal. A informalidade aqui não é pra sonegar imposto, é pra sobreviver. [...] Se a feira vai mal, todos os outros segmentos vão mal. Nós temos um polo muito forte, mas se a feira for mal, eles têm problemas (sic) (Consultor 1).

O Consultor 2 vê isso como desvantagem, e comenta sobre: “[...] eu sinto aqui que as pessoas querem que o estado não cobre nada delas, e elas querem que o estado dê o serviço que elas querem, né?”.

Em contrapartida, o Fornecedor 5, apesar de ser formal, coloca a situação da informalidade como algo positivo, principalmente para os pequenos produtores: “Olha, a vantagem que eu vejo ainda é que existe muita informalidade, em todos os aspectos. Então a informalidade acaba fazendo com que a nossa região, ela seja competitiva, porque você tem a sonegação do imposto, você tem a sonegação do trabalhador, então tudo isso... a maioria dos nossos clientes conseguem colocar a peça mais competitiva. ”

O Prod. Grande 4 até comenta sobre a diferença de situação sobre esse meio: “eu conheço pessoas que começou informal, hoje é formal, pagando muito imposto, e muitos deles quebraram quando começaram a pagar imposto, não conseguiram[...]”.

## 4.2 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Sobre o conceito de sustentabilidade, vale destacar que a maioria dos entrevistados responderam sobre o que se entendia do assunto, entretanto, de todos os participantes questionados, apenas 3 conseguiram responder sobre o assunto de maneira mais completa, visando a sustentabilidade organizacional como um todo, os quais afirmaram que a sustentabilidade se trata de “Boas práticas, uso de energia renovável, respeito à diversidade, etc” (Fornecedor 2); além da “capacidade de manter o negócio de forma competitiva, respeitando as pessoas e o meio ambiente” (Prod. PME 4). Já o Consultor 2 foi o único a responder de maneira mais completa, trazendo a sustentabilidade como:

Sustentabilidade é você conseguir fazer com que o negócio seja responsável e tenha uma atitude correta em relação ao meio ambiente, em relação ao social, aos seus funcionários, e que possa... e junto com isso tenha um desempenho econômico correto. Porque se a empresa não vende, se ela não tem faturamento, se ela não tem sucesso, as outras coisas não funcionam, né? Esse equilíbrio entre esse tripé, né? O ecológico, vamos dizer, o ambiental, o social e o econômico, esse tripé precisa tá bem ajustado, as três pernas precisam funcionar bem direitinho (sic). (2019).

Apesar das respostas anteriores, é importante frisar a importância de práticas que tornem o conhecimento dos envolvidos mais aprofundados em relação à temática abordada, uma vez que a maioria respondeu que sustentabilidade tem a ver com o meio ambiente, trazendo um conceito raso e pouco conhecido entre eles.

Seguindo o roteiro de entrevistas, em relação a sustentabilidade e capital social foi perguntado se as referidas empresas participam ou têm conhecimento de alguma outra que busque promover ações de Sustentabilidade no Polo, bem como foi indagado sobre o conceito de sustentabilidade. Dos 22 entrevistados, 11 destacaram que conhecem ou fazem parte de alguma ação de sustentabilidade para o Polo, não sendo explicado que tipo de ações poderiam ser essas. As outras 11 faltantes não souberam responder, não conheciam ou não faziam algo relacionado à sustentabilidade.

Em relação a ações que promovam a sustentabilidade, 14 responderam que a empresa a qual faz parte realiza ações de sustentabilidade, tais como: “reciclagem, diminuição de plástico, descarte correto de matéria-prima e energia solar” (Prod. Grande 2); “energia solar, reutilização de água e reduções de custo” (Prod. Grande 3); “reciclagem de materiais” (Facção1; Consultor 2; Fornecedor 2; Fornecedor 1; Prod. PME6); “patrocínio de entidades de corte e costura” (Fornecedor 4); “doação de resíduos para empresas que trabalham com crianças carentes” (Prod. Grande 4); entre outras.

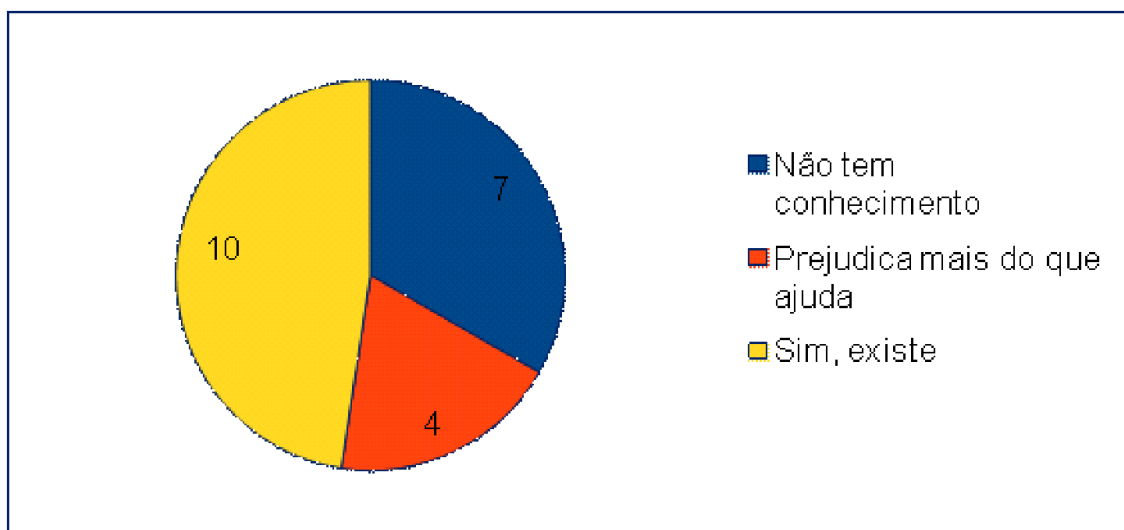
Em se tratando das pessoas que alegaram não realizar ações de sustentabilidade em suas respectivas empresas, 3 responderam que não praticam por: “falta de planejamento” (Prod. PME3; Prod. PME5; Prod. Grande 1), além de “falta de atitude” (Facção 2); de “falta de oportunidade” (Facção 3) bem como até “pelo fato da empresa ser de pequeno porte” (Prod. PME 6). Além disso, 16 responderam que conhecem empresas que praticam alguma ação de

sustentabilidade, porém não foi especificado qual. Os 6 restantes salientaram que não conhecem ou não sabem informar.

Dando continuidade às entrevistas, foi perguntado sobre as empresas possuírem algum certificado ambiental, e entre os 22 participantes, apenas 6 responderam que possuem, sendo 2 o certificado do IBAMA, para transporte e queima de madeira (Lavanderia 1; Lavanderia 2) e 3 o certificado da Associação Brasileira de Varejistas Têxteis, a ABVTEX, (Fornecedor 5; Prod. Grand 3; Fornecedor 3), os quais dispõem de bases de atuação como a promoção do trabalho digno, a responsabilidade social, o combate à informalidade, e o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva que abastece o varejo de moda.

Quando indagados sobre existir ou não incentivo, apoio e cooperação por parte do poder público e de instituições e órgãos do Polo em relação a adoção de práticas sustentáveis, os entrevistados responderam de acordo com o Gráfico 2:

Gráfico 2: Adoção de práticas sustentáveis



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A maioria respondeu que existe sim algum tipo de incentivo, entretanto se trata de órgãos de setores privados, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e SEBRAE. Já houve entrevistados que responderam que as ações de tais entidades prejudicam mais do que ajudam, Fornecedor 1, Consultor 2, Fornecedor 2 e o Fornecedor 3, afirmaram que: “não

existe incentivo e sim multa em caso de irregularidade”. Os 7 restantes não souberam opinar ou não possuem conhecimento sobre tal assunto.

#### 4.3 POSICIONAMENTO QUANTO AOS FATORES SOCIAIS

Em se tratando da dimensão social, de acordo com Markley e Davis (2007), cabe não somente a ética nas operações e interações entre as partes, mas sim as práticas ligadas aos trabalhos com e para a comunidade, bem como a filantropia, direitos humanos e apoio às minorias, a diversidade no local de trabalho, garantia de segurança, entre outras questões.

Os entrevistados foram indagados sobre a dimensão social, a saber: 1) Conhecimento sobre casos de trabalho escravo, infantil ou ilegal na região, bem como qual seria a atitude do respondente se fosse de seu conhecimento que algum fornecedor ou cliente possui esse tipo de trabalho; 2) Se existe algum tipo de doação por parte da empresa, o que os motiva e se é de conhecimento deles se alguma empresa ou fornecedor também realiza; 3) Se a empresa trabalha com cotas para PCDs, ex-presidiários ou pessoas em situação de extrema pobreza ou se possui algum problema na contratação de minorias em relação a gênero, raça ou religião; 4) Se o entrevistado acha justo o valor pago para os funcionários de suas respectivas empresas; e 5) Se a empresa dispõe de benefícios trabalhistas.

Questionados sobre a pergunta 1, a qual faz indagações referentes ao trabalho escravo, infantil e/ou ilegal, 18 dos 22 entrevistados afirmam já terem ouvido falar sobre, bem como presenciaram cenas, todavia, destes 18, 16 entrevistados afirmam que o trabalho infantil faz parte da cultura da região, e até o defendem, tendo como exemplo a vivência dos mesmos. Fornecedor 5 afirma que “não se vê o trabalho infantil como algo ruim”; Prod. PME 3 expõe que: “não faria nada em relação a fornecedores que trabalham com crianças, pois faz parte da cultura”; Consultor 2, Lavanderia 1, Fornecedor 4, Facção 2, Prod. PME 2, Consultor 1, Prod. PME 4, Prod. PME 1 e Lavanderia 2 compartilham da mesma linha de pensamento. Em relação ao trabalho escravo, 20/22 afirmam que denunciariam ou se desligariam da parceria com o cliente ou fornecedor que sustentasse esse tipo de trabalho e Prod. Grande 4 declara que “por se tratar de

um território onde os trabalhos informais são comuns, alguns até podem ser considerados escravos”.

Ademais, os participantes detalham melhor em partes da pesquisa o trabalho escravo e infantil na região. Os trechos a seguir, mostram que o trabalho escravo não é muito percebido pelos entrevistados.

A fala da Prod. PME 3, que se refere ao trabalho infantil, demonstra que há uma preocupação, porém se há um limite de ações por se tratar de algo comum:

Sou professora também, sei que nas escolas, existe na alta temporada uma evasão muito grande justamente por a obrigatoriedade que os donos das empresas impõem aos seus funcionários. E também tem sido um dos motivos que eu quero colocar a minha própria confecção o ano que vem e deixar de fazer uso dessa facção, pra ter o controle da produção e tentar minimizar, sob o meu controle, essa prática de exploração.

Em trechos, há uma grande importância comentada sobre a diferença de uma exploração de trabalho infantil:

[...] coloca na facção e ali vai ser explorado de todas as formas que a gente conhece. Aqui mesmo eu vejo vários casos e fico enlouquecida com isso. Igual, a minha sobrinha mora comigo, e aí ela estuda, ela tem 16 anos e ela nos ajuda, que é diferente de trabalhar. Ela tem o horário de ir pra escola, tem o horário de estudar, de fazer o trabalho dela, e de trabalhar, e ela é remunerada por isso. Mesmo morando comigo, eu remunero ela, pelo trabalho dela (sic). (Facção1).

Mas, na grande maioria no decorrer das entrevistas, percebe-se então que o infantil é muitas vezes visto com naturalidade por grande parte dos sujeitos:

[...] como a maioria das empresas são familiares, os filhos sempre ajudam os pais. Isso não se vê como um trabalho infantil, mas uma obrigação, assim, que ele tem que fazer e é isso (Fornecedor 5).

[...]a gente visita muitos fabricantes, então, é muito comum, por exemplo, crianças cortando fio, fazendo limpeza de peças. Aí a gente até pergunta pro pessoal da confecção, "já foi na escola hoje?", "não, ele estuda de manhã", ele tá no período da tarde. Aí até que ponto aquilo ali é totalmente... sabe? É uma empresa familiar, é uma produção familiar, é sobrevivência da família. Quem sou eu pra chegar lá? Agora, eu não vi nenhuma situação degradante, não vi. Longe disso. Pelo contrário, vejo crianças fazendo com gosto, sabe? Talvez porque aprenderam (aquilo), e com uma intensidade cada vez menor (Fornecedor 2).

Em resposta à essa “naturalização” do trabalho infantil, a Prod. PME3 e a Lavanderia 2 trazem situações pessoais sua:

Eu, desde criança, né, ajudava a minha mãe com as questões das confecções, que ela veio pra cá, justamente veio de Bonito pra trabalhar na confecção, e quando me tornei adolescente comecei a costurar na confecção dela (sic) (Prod. PME3).

Aqui tem o costume de trabalhar desde novo. Eu comecei a trabalhar com 14 anos, não era um trabalho escravo, mas eu já trabalhava [...] ajudava, não tinha aquela pressão você vai ter que fazer, tem que da produção, não. Fazia porque eu queria ir (sic) (Lavanderia 2).

Um fato importante que liga o trabalho infantil no Polo, é que muitas atividades são familiares, dentro de casa, que acaba trazendo as crianças à essas funções:

Não tem nem controle, eu acredito, principalmente essas facções, que as facções geralmente, e acabamentos são dentro de casa, né, da família. Então acredito que, querendo ou não, acaba crianças trabalhando e o pessoal não ter conhecimento sobre isso (sic). (Prod. PME 5).

Então você tem a família e você tem aquela criança de 10-12-14 anos apoiando a família. Agora, aquele trabalho infantil onde o empresário ganhe dinheiro em cima daquilo, eu nunca vi. Mas eu já vi trabalho infantil familiar (sic). (Fornecedor 5).

Eu, uma das primeiras entrevistas que eu fiz com uma funcionária que ela entrou e começou a trabalhar com a gente com 17 anos, ela sabia costurar nas três máquinas, e eu perguntei, "Quanto tempo você tem de experiência?" Ela disse, "Eu costuro desde os 10." E era verdade. Então, ela tinha 7 anos, porque ela só tinha 17 anos, mas 7 anos de experiência.[...]no meu ponto de vista, muito melhor uma criança de cinco, seis, sete anos ajudando os pais, entendeu? Claro, estudando e ajudando os pais, mas assim, muito melhor do que tá na rua pedindo (sic). (Fornecedor 4).

As situações são corriqueiras, há situações de espanto muitas vezes em alguns trechos por ter crianças em idades abaixo de 10 anos, mas em sua grande maioria, por ta sendo familiar, torna-se natural.

Inclusive, um tempo atrás, eu tava com uma costureira, não era na minha casa, era... é como se fosse uma facção, eu cheguei na casa dela e a filha dela de nove anos tava se esforçando pra botar o pezinho na máquina pra costurar. Eu achei aquilo um absurdo, atualmente, mas eu comecei a costurar com 11 anos. Então é muito comum. Muito. E, inclusive, uma das costureiras da gente, ela tem uma filha de dois anos, e ela diz que o sonho dela é ver a menina crescer numa idade que dê

pra ajudar ela de alguma forma, assim, inserir nesse meio de costurar ou de fazer acabamento (Prod. PME2).

Há muitas explicações para isso, como fala a Prod. PME4: “o fato de você ter o acesso a ganhar seu dinheiro e a ser independente, faz com que os próprios pais e até as crianças mesmo já tenha em mente de começar a trabalhar”.

Em resposta à pergunta 2, 17 empresas afirmam fazer algum tipo de doação, todas com o intuito de ajudar ao próximo, destacando que faz parte da cultura organizacional, não sendo assim doações estruturadas e organizadas, bem como que não existe um programa de doação definido. As 5 empresas restantes alegam que não fazem, e todas as 22 empresas informam não saber opinar sobre fornecedores ou clientes em relação ao tema proposto.

A pergunta 3 tratou sobre as cotas para pessoas com deficiência, ex-presidiários, pessoas em situação de extrema pobreza e se a empresa possui alguma restrição para contratar pessoas em relação à raça, religião ou gênero. 14 entrevistados responderam que na empresa trabalham funcionários distintos, independente das suas orientações, crenças e/ou cor.

O Prod. PME 3 respondeu que tentou fazer uma ação no presídio da cidade para gerar oportunidades aos presidiários, porém por falha de comunicação interna, o projeto não seguiu em frente. O Consultor 2 também sinalizou que realizou o mesmo tipo de projeto que a empresa anterior, porém também não chegou a ser implantado por causa da superlotação. 7 empresas alegam não possuírem nenhum empregado com deficiência, ex-presidiários ou pessoas em situação de extrema pobreza (Facção 1; Fornecedor 2; Fornecedor 1; Fornecedor 3; Facção 2; Prod. PME 4; Lavanderia 2). Dentre estes, a Lavanderia 2 respondeu que o motivo de não ter inclusão na empresa se trata de que a maioria dos funcionários entra na mesma por critério de indicação e 21 dos entrevistados responderam que acreditam que seus fornecedores não possuem problemas em relação a esse tipo de contratação, todavia o entrevistado Prod. PME 5 e Consultor 1 acreditam que muitas empresas contratam mais por critério de leis, e não por serem de fato inclusivas.

Em relação às perguntas 4 e 5, as quais se tratavam dos valores salariais e de benefícios oferecidos pelas respectivas empresas, 3 entrevistados (Fornecedor 5; Prod. Grande 3; Prod. Grande 4) afirmam que os salários são maiores que o teto exigido pelo sindicato, enquanto 11 empresas afirmam pagarem um salário justo, enquanto 8 entrevistados afirmam que o salário pago não é justo e que deveria melhorar. Respondendo a pergunta, sobre benefícios, 7 empresas afirmam disponibilizar benefícios como: vale-alimentação, vale-transporte, descontos na compra de gás, água, academias, clínicas, seguro de vida, plano de saúde, desconto em faculdades, cestas básicas, bonificações e comissões (Prod. Grande 2; Prod. Grande 4; Facção 1; Consultor 2; Fornecedor 2; Fornecedor 4; Prod. PME 1), ao passo que as 15 restantes afirmaram não oferecer nenhum tipo de benefício além do mínimo: ergonomia, férias e boas condições de trabalho.

Por fim, ainda em se tratando de questões sociais, bem como culturais, os entrevistados foram indagados sobre: 1) Você considera que ações de melhorias de espaços públicos como, por exemplo, adoção de praças e revitalizações próximas a sua empresa são relevantes? Você já fez este tipo de ação ou faria? Você conhece alguma empresa que já fez estas ações na região?

A respeito da pergunta abordada, de acordo com o Quadro 4:

Quadro 4 – Respostas dos entrevistados

| Sim, já fez algo                               | Sim, nunca fez algo                                                                                                                                                                                                  | Não acha relevante                   |
|------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| Prod. Grande 2 ; Prod. Grande 3 e Fornecedor 1 | Fornecedor 5; Prod. PME 3; Facção 1; Consultor 2; Fornecedor 2; Prod. PME 5; Fornecedor 3; Fornecedor 4; Facção 2; Prod. Grande 1; Prod. PME 2; Consultor 1; Prod. PME 4; Prod. PME 1; Prod. PME 6 e Prod. Grande 4. | Lavanderia 1; Facção 3; Lavanderia 2 |

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

#### 4.4 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL NA CS

Alinhando as análises expostas aos objetivos, identificou-se que as práticas sociais na cadeia de suprimentos não são aplicadas de fato, e isso se observa a partir de vários momentos das entrevistas.

Iniciando primeiramente pela falta de conhecimento sobre o termo sustentabilidade, o que implicou sobre a discussão. Indo para os fatores sociais, percebeu-se e presenciou-se vários casos sobre o trabalho infantil, notu-se uma naturalização do tema. Grande parte dos entrevistados afirmam não conhecer ou perceber a questão do trabalho infantil como algo propriamente ruim, ao alegarem que a cultura da região não vê nenhum mal em inserir as crianças no mercado. Houve também trechos sobre várias situações de trabalho na confecção desde a infância dos entrevistados, não percebendo a gravidade do tema.

Já sobre as condições de trabalho, nota-se que várias falas e depoimentos de situações de membros da cadeia podem ser consideradas análogas à escravidão como a falta de seguridade da maioria, onde apesar de verem como questão preocupante, não há visões de mudanças, mesmo que a maioria não perceba desta forma. Questão como salário e jornada de trabalho, também são vistas como preocupantes, remetendo mais uma vez à situações de escravidão.

Outro fato extremamente importante é a da informalidade, característica marcante e principal da região onde a grande maioria vê diversas vantagens de permanecer sem formalização. Sendo assim, as pessoas, entre sua maioria, seguem sem seguros sobre segurança, jornada de trabalho, remuneração, etc. Com isso, se percebe que para grande parte dos entrevistados a informalidade não é entendida como trabalho ilegal. Assim, se torna indispensável que existam debates e incentivos de órgãos públicos, câmaras setoriais, sindicatos, associações sobre os temas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca da contribuição teórica do presente trabalho, é importante destacar a escassez de pesquisas relacionadas à temática sustentabilidade, e principalmente referente a CS com ênfase na dimensão social, o que destaca a importância desta pesquisa, visto que o contexto aqui trazido ressalta a relevância de debates, pesquisas e estudos sobre a dimensão social e não só ambiental e econômica, como se mostrou limitado nas respostas dos entrevistados.

Frente às discussões abordadas, consideram-se cumpridos os objetivos da pesquisa, porém muito pouco foi encontrado sobre as práticas sociais, já que os mais diferentes tipos de pessoas inseridas e responsáveis pelas CS no PCA pernambucano, dão pouca importância a essa dimensão e em muitos casos até a negligenciam.

Foi entendido que dentre as práticas sociais aqui apresentadas, os entrevistados não possuem conhecimento sobre a gravidade do trabalho infantil por entenderem ser uma forma de trabalho normalizada e comum na região. Em relação ao trabalho escravo, até mesmo os entrevistados que possuíam maior entendimento sobre o tema não souberam identificar o porquê de as condições impostas aos trabalhadores serem consideradas análogas à escravidão em alguns casos, relativizando o tema e o tornando banal. Por fim, complementando a dimensão social, viu-se como a informalidade ainda é comum nas pequenas e médias empresas, expondo, por fim, a falta de importância dada às práticas sociais, as quais não são realizadas e entendidas como deveriam ser.

Nota-se também que muitos dos sujeitos, principalmente os PME, não compreendem que a informalidade do setor pode-se caracterizar, dependendo de situações e condições em trabalho ilegal e escravo. Logo, seria de relevante contribuição, um debate sobre a questão da informalidade, constatada desde o início, visto que é uma condição de muita força de práticas sociais.

Logo, todas essas conclusões respondem aos objetivos gerais e específicos, confirmando que foram alcançadas as respostas.

Vale ressaltar que as principais limitações desta pesquisa se deram pela coleta de dados, pois, com um maior número de participantes sendo entrevistados, visto que é difícil o deslocamento,

Conclui-se ainda que existe uma necessidade de campanhas de conscientização para todos os envolvidos, uma vez que muitos dos entrevistados não tiveram clareza em relação à sustentabilidade, bem como em relação à dimensão social vivida no meio em que estes trabalham e vivem a maior parte dos seus dias, para que assim, busquem uma desconstrução da normalização dessas situações.

Além disso, é essencial que órgãos públicos do estado incentivem práticas sociais na CS do APL têxtil da região, implementando em todos os portes de empresas, de maiores às menores, criando incentivos e disseminando o conhecimento dos envolvidos. Criações de campanhas, programas e debates que estimulem a inclusão de práticas sociais sustentáveis na cadeia.

Como recomendações para trabalhos futuros, é interessante investigar opiniões e posicionamentos de membros externos à cadeia, como clientes, consumidores, e todas as partes interessadas, para uma maior variedade de informações sobre práticas sociais e experiências que outros membros desconhecem da cadeia. Essa extensão pode trazer enriquecimento e maior conscientização do tema sustentabilidade social, pouco debatido e conhecido de modo geral. Pode-se também analisar se houve mudanças em relação à consciência da responsabilidade social, em um estudo mais abrangente, com a possibilidade de ter uma pesquisa quantitativa apriori como complementação das informações colhidas a priori qualitativa.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT). Perfil do Setor. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acesso em: 01 abr. 2022.

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT). Indústria Têxtil e de Confecção Brasileira: cenários, desafios, perspectivas e demandas. Brasília, 2013. Disponível em: <http://abit-files.abit.org.br/site/publicacoes/cartilha.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022.

ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro. **Responsabilidade Social das Empresas e Valores Humanos**: Um estudo sobre a atitude dos gestores brasileiros. 2007. Tese (doutorado) - Curso de Administração, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2007.

ALMEIDA, Fernando. O bom negócio da sustentabilidade. 1ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALVES, Ana Paula Ferreira; SILVA, Minelle Enéas. Reflexões empíricas sobre a dimensão social da sustentabilidade em cadeias de suprimento: o que precisa mudar?. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 13-25, 2017.

ARAÚJO, Geraldino Carneiro; BUENO, Mirian Pinheiro; SOUSA, Adriana Alvarenga; MENDONÇA, Paulo Sérgio Miranda. Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores. **CONVIBRA- Congresso Virtual Brasileiro de Administração**, São Paulo, v. 3, p. 70-82, 2006.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira. Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do relatório do CEBDS. **Revibec: Revista Ibero-Americana de Economia Ecológica**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 75-93, 2006.

BARBIERI, José Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas; ANDREASSI, Tales; VASCONCELOS, Flávio Carvalho. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 2, v. 50, p. 146-154, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS, Izabelle Sousa. O Cenário do pólo de confecções do Agreste de Pernambuco. Recife. **Anais do 2º encontro de ensino, pesquisa e extensão da faculdade Senac**, Pernambuco, 2009. Disponível em: [http://www.faculdadesenacpe.edu.br/encontro-de-ensino-pesquisa/2011/III/anais/comunicacao/015\\_2009\\_ap\\_oral.pdf](http://www.faculdadesenacpe.edu.br/encontro-de-ensino-pesquisa/2011/III/anais/comunicacao/015_2009_ap_oral.pdf). Acesso em: 09 ago. 2022.

BERTONCELLO, Silvio Luiz Tadeu; CHANG JÚNIOR, João. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. **FACOM-**

**Revista da Faculdade de Comunicação da FAAP**, São Paulo, v. 1, n.17, p. 70-76, 2007.

BORDIN, Danielle Pasqualotto.; PASQUALOTTO, Nayara. A importância da responsabilidade social empresarial para a sustentabilidade e o papel do marketing social. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, Santa Catarina, v. 11, n. 2, p. 66-77, 2013.

BRITO, Renata Peregrino; BERARDI, Patrícia Calicchio. Vantagem Competitiva na Gestão Sustentável da Cadeia de Suprimentos: um metaestudo. **RAE - Revista de Administração Eletrônica**, v. 50, n. 2, p. 155-169, abr./jun. 2010.

CAMPOS, L. M. S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M. A. S.; ROSSETTO, A. M.; COELHO, A. L. A. L.; DALFOVO, M. S. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras Segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

CLARO, P. B. de O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

CORTELETTI, Roseli de Fátima. **Informalidade, terceirização e trabalho domiciliar em facções de costura de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. In: 3º Encontro do Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão - São Luís, Maranhão, 2020. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/3encontroomtma/trabalho/134410>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Moda Center Santa Cruz vira ponto de entrega de mercadorias**. 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2020/04/moda-center-santa-cruz-vira-ponto-de-entrega-de-mercadorias.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

FABRICANTES DA MODA. **Guia de Lojas do Moda Center Santa Cruz**. 2021. Disponível em: [fabricantesdamoda.com.br/pages/Guia-de-Lojas-do-Moda-Center-Santa-Cruz.html](https://fabricantesdamoda.com.br/pages/Guia-de-Lojas-do-Moda-Center-Santa-Cruz.html). Acesso em: 12 ago. 2021.

FADE, UFPE. **Estudo de caracterização econômica do polo de confecções do Agreste Pernambucano**. Relatório final apresentado ao SEBRAE-PE. Recife, 2003. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/poloconfec2003.pdf>. Acesso em 12 abr. 2021.

GAVRONSKI, Iuri; FLORIANO, Roselenir. Responsabilidade social corporativa: alinhando sustentabilidade na cadeia de suprimentos e vantagem competitiva. **Revista Acadêmica São Marcos**, Alvorada, Espírito Santo, v. 3, n. 2, p. 123-140, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Tipos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2015.

GOMES JÚNIOR, Silvio Figueiredo; GOMES, André Raeli. As vantagens da sustentabilidade empresarial. **INGEPRO-Inovação, Gestão e Produção**, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 63-71, 2010.

GUILLARDI, Catia Roberta. Certificação Social: um estudo sobre os benefícios da norma SA8000 em empresas certificadas. **IX SEMEAD – Seminários em Administração**. Abril/2006. In: Departamento de Administração FEA-USP. Disponível em: [http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/76.pdf](http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/76.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959, v. 18.

KANJI, Gopal K.; CHOPRA, Parvesh K. Corporate social responsibility in a global economy. **Total Quality Management**, v. 21, n. 2, p. 119-143, 2010.

KÖKSAL, Deniz; STRÄHLE, Jochen, MÜLLER, Martin; FREISE, Matthias. Social sustainable supply chain management in the textile and apparel industry—A literature review. **Sustainability**, v. 9, n. 1, p. 100, 2017.

MARKLEY, M. J.; DAVIS, L. Exploring future competitive advantage through sustainable supply chains. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, v.37, n.9, p.763-774, 2007.

MORAES, Maria Cristina Pavan; JÚDICE, Josy. Empreendedorismo, ética e responsabilidade social para micro e pequenas empresas: crescer com foco social. **Revista de Ciências Gerenciais**, São Paulo, v. 12, n. 16, p. 121-136, 2008.

NASCIMENTO, Cristiane Mano. **Práticas sociais na cadeia de suprimento do setor de confecção popular em Fortaleza-ce**. Dissertação (Mestrado em administração) – UNIFOR. Fortaleza, 2017.

NASCIMENTO, Cristiane Mano; SILVA, Minelle Enéas. The role of formalization in the insertion of social indicators in the supply chain of the popular garment sector. **Gestão & Produção**, v. 27, 2020.

NASCIMENTO, Luísa Juventino; SANTOS, Elisabeth Cavalcante. DA FEIRA DE RUA AO MODA CENTER SANTA CRUZ: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO HÍBRIDO E A PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS. **Cadernos De Estudos Sociais**, v. 32, n. 1, p. 86-114, 2017.

OLIVEIRA, João Hélvio Righi. **M.A.I.S: método para avaliação de indicadores de sustentabilidade organizacional**. Tese (Doutorado em

Engenharia e Produção) – Programa de PósGraduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PIRES, Claudia Macedo; PEREIRA, Matheus Wemerson Gomes; MOURA-LEITE, Rosamaria. Os elementos da responsabilidade social empresarial e sua relevância para o consumidor. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 38-52, 2015.

PÓVOAS, Monike Silva. O amor na sociedade de risco: a sustentabilidade e as relações de afeto. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre. Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade: reflexões e perspectivas [e-book]. Umuarama: Universidade Paranaense – UNIPAR, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SATO, Kawana Harue; SILVA, Wesley Vieira; NOGAS, Paulo Sergio Macuchen; YAMASHIRO, Aldo Yoshikazu. Sustentabilidade e responsabilidade social: análise do desempenho do índice de sustentabilidade empresarial. **Perspectivas Contemporâneas**, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 2, p. 157-177, 2010.

SEBRAE. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste pernambucano**, 2012. Relatório Final. Recife, 2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20-%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). 2019. **Estudo Econômico das Indústrias de Confecções de Toritama/PE**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/RELATORIO-TORITAMA-FINAL.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020>.

SILVA, Minelle Enéas; ASHBY, Alison; NASCIMENTO, Cristiane Mano. Social Sustainability in Micro and Small Enterprise Supply Chains: Empirical Insights from the Clothing Industry. **Latin American Business Review**, p. 1-30, 2021.

SILVA, Minelle Enéas; NASCIMENTO, Luis Felipe. Emphasizing social issues toward sustainable supply chain: a brazilian perspective. **Independent Journal of Management & Production**, Jacareí, São Paulo, v. 6, n.2, p. 478-494, 2015.

SILVA, Minelle Enéas.; FRITZ, Morgane MC; NUNES, Breno. Scanning insights on sustainability and supply chain management in Brazil. **Journal of Operations and Supply Chain Management**, v. 10, n. 1, p. 33-54, 2017.

SOUZA, Reinaldo Cardoso. **Identificação dos potenciais arranjos produtivos locais (APLS) de confecção e têxtil do Nordeste**. Tese (bacharelado em economia). Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, 2013.

TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. In: Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2005

TOJEIRO, Maria Cidália. Ética e responsabilidade social: o melhor investimento. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 77-82, 2001.

XAVIER, Twane Maria Cordeiro. Polo de confecções do agreste de Pernambuco: formação de aglomerado produtivo e suas dinâmicas espaciais. **Revista caminhos de geografia**. Uberlândia – Minas Gerais, v. 21, n. 73, p. 429–444, 2020.

YAWAR, Sadaat Ali; SEURING, Stefan. Management of social issues in supply chains: a literature review exploring social issues, actions and performance outcomes. **Journal of Business Ethics**, p. 1-23, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. ed 2. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## **APÊNDICE A – PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO**

### **Objetivo**

Identificar as práticas de sustentabilidade social que são adotadas por empresas que compõem a Cadeia de Suprimentos do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

A pesquisa busca responder às seguintes questões:

1. Existem práticas de sustentabilidade no Polo de Confecções do Agreste?
2. Como elas são praticadas pelos envolvidos?
3. Existe comportamento cooperado entre os membros da cadeia?
4. Como ocorrem as práticas sustentáveis ao longo dos elos da cadeia de suprimentos no Polo de Confecções do Agreste? Quais as principais limitações para identificação de tais práticas no Polo, a luz do capital social?

### **Sobre a pesquisa**

Esta pesquisa será desenvolvida por meio de entrevistas e observações junto a diferentes membros do Polo de confecções, envolvendo todos os agentes que tenham participação em algum nível da cadeia de suprimentos. Para tanto, é necessário realizar as entrevistas com pessoas-chave das empresas. Assim, podem ser contatados proprietários, gerente, gestor de compras e vendas, pequenos fabricantes, facções, etc. Todas as entrevistas serão autorizadas previamente para o desenvolvimento da pesquisa. Benefícios para o Polo de Confecções do Agreste. Além disso, será possível conhecer melhor as práticas sustentáveis das cadeias de suprimento à luz do capital social, que poderão auxiliar nas futuras estratégias do Polo.

### **Questões éticas e de confiabilidade**

As informações coletadas nesta pesquisa são confidenciais, para tanto é necessário a assinatura do termo de consentimento da pesquisa que autoriza a sua realização e a divulgação dos dados coletados. Apenas os pesquisadores terão conhecimento da identidade dos entrevistados e das respostas obtidas.

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **Roteiro de Entrevista (empresas focais)**

#### **PERFIL DO RESPONDENTE**

Você poderia fazer uma apresentação sobre você?

Qual seu grau de escolaridade?

Qual o seu papel e responsabilidade dentro da empresa?

Quanto tempo você trabalha nesta empresa?

#### **INFORMAÇÕES DA EMPRESA**

Há quanto tempo sua empresa atua na região?

#### **SUSTENTABILIDADE E CAPITAL SOCIAL**

Sua empresa (ou loja) conhece ou participa de ações que buscam promover a Sustentabilidade do Polo?

Prompt: O que você entende por sustentabilidade?

Você considera que sua empresa possui alguma ação de sustentabilidade?

Prompt: Se sim, quais são elas? E o que motivou sua prática?

Prompt: Se não, o que te impede de possuir algumas dessas ações?

Você sabe se as outras empresas que fazem parte do setor praticam sustentabilidade?

Você tem ou alguma empresa do setor tem certificado ambiental?

Prompt: Se sim, o que te levou a ter o certificado?

Prompt: Você sabe se seus fornecedores/clientes possuem este certificado?

Existe incentivo, apoio e cooperação do poder público e de instituições e órgãos do Polo para a adoção de práticas sustentáveis?

Qual o critério de escolha dos seus fornecedores/clientes?

## QUESTÕES SOCIAIS

Vários casos no setor de confecções em todo o mundo foram denunciados por possuir trabalho escravo/infantil/ilegal, você já ouviu falar algo sobre isso aqui na região? (Nas fábricas, facções e fornecedores de matéria – prima).

Prompt: Caso um fornecedor/cliente seu possuir esse tipo de trabalho, como você agiria?

A empresa pratica algum tipo de doação?

Prompt: Se sim, o que motiva esta doação?

Prompt: As outras empresas do setor e seus fornecedores também fazem?

A empresa tem alguma vaga que foi preenchida por cota? ex – funcionário com alguma deficiência, presidiários, pessoas muito pobres?

Prompt: Porque contratou (ou não contrata)?

Prompt: Seus fornecedores/clientes se preocupam com isto?

Na contratação, a empresa tem problemas para contratar minorias? (raças, religião e gênero)

Prompt: Seus fornecedores/clientes contratam minorias?

Você acha justo o valor que é pago aos seus funcionários?

Prompt: Como você vê esta questão para seus fornecedores/clientes?

Quais são os benefícios oferecidos aos funcionários?

Prompt: Existem boas condições de trabalho?

Você considera que ações de melhorias de espaços públicos como, por exemplo, adoção de praças e revitalizações próximas a sua empresa são relevantes?

Prompt: Você já fez este tipo de ação ou faria?

Prompt: Você conhece alguma empresa que já fez estas ações na região?

**QUESTÕES CULTURAIS E INSTITUCIONAIS**

Você inclui algum elemento cultural no desenvolvimento do produto e/ou nas vendas?

O contexto da atual política no Brasil interfere nas relações dentro do setor? Se sim, forneça algum exemplo de como interferiu.